



# Memórias

## Álvaro Arantes; o primeiro juiz eleitoral. A primeira eleitora; Amélia Guimarães

ACERVO DO AUTOR

JUIZ AUGUSTO JÚNIO MELO

Como se viu parte da população apoiava Vargas, principalmente por causa de seus discursos eloquentes e de suas medidas populistas. No entanto, esse pensamento não era uma voz universal, pois o capitalismo internacional se opunha ao nacionalismo econômico adotado pelo presidente, a elite intelectual ansiava por democracia e havia no governo um antagonismo de seus projetos. É bom lembrar que Vargas assumiu a missão de realizar novas eleições, num governo provisório, que na verdade já seguia pelo seu segundo ano sem eleições.

O presidente justificava a demora na realização de uma nova eleição pelo fato de que se fazia necessário um período de transição para a nova eleição.



Dr. Francisco de Paula Rebelo Horta, primeiro Juiz Eleitoral da Comarca de Piumhi e Álvaro Arantes, primeiro eleitor pelo alistamento de 1932

O Código Eleitoral de 1932 foi uma conquista política importante para o Brasil, apesar de ter sido considerado "burlado".

## que marcaram a história de Piumhi

**Jornal Alto São Francisco**  
**07/07/2024 à 22/12/2024**



# Sumário

Resgate de uma tradição de fé com mais de 80 anos .....	4
Mestre Zé Reis: de menino pobre que tinha tudo para dar errado ao grande Mestre de Capoeira (I) .....	5
Mestre Zé Reis: de menino pobre que tinha tudo para dar errado ao grande Mestre de Capoeira (II) .....	6
De vila a cidade: Piumhi e sua emancipação política .....	7
Piumhi merece há muito o Museu e Arquivo Público .....	8
Sobrado dos Arantes: o único remanescente do século XIX na Dr. Avelino .....	9
Nossa Senhora do Livramento - Padroeira de Piumhi: primeira missa é celebrada em 15 de agosto de 1754 .....	10
Paróquia Nossa Senhora do Livramento: o jubileu de 270 anos de criação .....	11
Missa do Jubileu: paróquia celebrou os seus 270 anos de criação na segunda, 26 .....	12
Dr. José Cassiano Vargas: professor, advogado, contador judicial, um dos primeiros Ministros da Eucaristia do mundo, Juiz de Paz e cidadão de bem .....	13
Os brasões de Piumhi .....	14
No tempo dos Coronéis .....	15
A crise de 1929 e o período pré-eleição de março de 1930 .....	16
A eleição de 1º de março de 1930 .....	17
‘É preferível morrer na luta que recuar à chacota do adversário’ .....	18
‘Façamos a revolução antes que o povo a faça’ .....	19
Getúlio Vargas no poder e os novos rumos da política .....	20
O Código Eleitoral de 1932 e os novos eleitores piumhienses: Álvaro Arantes; o primeiro eleitor. A primeira eleitora; Amélia Guimarães .....	21
Dª Amélia Guimarães, a primeira piumhiense com direito ao voto: pioneira, ‘dona’ do título nº 14 deferido pela Justiça em 1932 .....	22
Um piumhiense abatido no ‘front’ de batalha pela constitucionalidade .....	23
Eleição de 3 de maio de 1933: em busca de uma Constituição .....	24
O primeiro golpe de Vargas e a formação da Constituinte Estadual: em outubro de 1934 venceu nas urnas o PP com Abílio Machado .....	25
Eleição de 14 de outubro de 1934: o povo como ‘senhor da sua opinião’ .....	26
Uma ‘justa’ aspiração: a redemocratização de Minas e eleição do governador .....	27
A política de 1930 a 1936 sob a análise de João Batista Sanchez .....	28

# Resgate de uma tradição de fé com mais de 80 anos

ÁLBUM DO AUTOR



Pedro de Rezende Silva e a Capela de São Pedro edificada na fazenda Água Limpa; marco de uma trágica história

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na região da Água Limpa existe uma fazenda chamada Água Limpa. É nela há uma capela de São Pedro. A capela de São Pedro tem a sua história transformando-se hoje em cultura, tradição e religiosidade elementos que contemplam a identidade do que chamamos mineiridade. Em outros tempos a Fazenda Água Limpa era propriedade do Joaquim Ferreira da Silva e de sua esposa Antônio Cândida da Glória – casados em Piumhi no longínquo 8 de fevereiro de 1853. Ele filho de Manoel Joaquim da Silva e ela de Antônio Rodrigues de Oliveira e Anna Cândida da Glória. O casal teve cinco filhos: Maria, José, Francisco, Izabel e outro José. Quando Joaquim Ferreira da Silva morreu no primeiro dia de janeiro de 1893, a Fazenda Água Limpa foi retalhada entre os filhos, que as receberam como herança do finado pai.

O filho do casal de nome Francisco, assinava Francisco Ferreira da Silva, tornou-se pela posse de terras e pela inteligência que tinha tornou-se um homem importante é poderoso. Tinha patente de Coronel da Guarda Nacional e se fez respeitado na política e na sociedade. Era conhecido como Coronel Chico Ferreira, tendo se casado em Piumhi no dia 10 de novembro de 1894 com Maria Joana da Silva – filha de outro fazendeiro importante: Pedro Berto de Rezende Costa e de sua esposa, também Maria Joana da Silva. O casal teve a numerosa descendência de dez filhos, dentre os quais Brás Rezende Silva, conhecido como Cicino Silva – guarde esse nome, mas agora nos interessa os dois filhos de nome, ambos de nome Pedro. O coronel Chico Ferreira morreu no dia 8 de agosto de 1937, aos 67 anos.

O primeiro nasceu em 15 de outubro de 1902 e faleceu aos 3 meses em 17 de janeiro de 1903. O Coronel Chico Ferreira era muito devoto de São Pedro e por isso batizou outro filho com mesmo nome: Pedro Rezende Silva, nascido no dia 8 de dezembro de 1908, este cresceu e tornou um adulto muito trabalhador nos serviços da fazenda. Era um homem querido e estimado por todos, mas por motivos não muito claros desenvolveu um quadro de apatia, tristeza e desânimo – o que hoje chamamos de depressão. Há quem diga que o motivo tenha sido decepção

amorosa por uma paixão não correspondida, mas não há comprovação desses rumores. O que se sabe de fato é que enquanto sua família e vizinhos se chacoalhavam nos tradicionais e animados bailes de roça, Pedro decidia dar cabo à sua própria vida. Eram 23 horas do dia 28 de junho de 1951, quando o jovem moço ingeriu grande quantidade de formicida. Segundo o laudo cadavérico realizado pelo Dr. Jamil Caram a morte ocorrera por volta da 1 hora da madrugada do dia 29 de junho. Pedro deixou herança no valor de 15 mil cruzeiros. No editorial do Alto S. Francisco de 8 de julho de 1951, o redator fez constar: “Dois fatos lutosos, ocorridos num lapso de poucos horas, causaram profunda impressão no povo piumhiense. Dois cidadãos, moços ainda, altamente considerados nesta cidade, de posição social e financeira confortável, lançaram mão do recurso extremo do auto-extermínio, como lenitivo de talvez atrozes desgostos íntimos. A cidade em cuja vida tranqüila tais fatos ecoam como tragédias, abalou-se profundamente”.

Em outra nota na mesma edição constou: “Pedro de Rezende Silva – Consternou-se profundamente nossa cidade o passamento do Sr. Pedro de Rezende Silva, filho da sra. viúva Cruz Rezende Silva, ocorrido no dia 29 de julho de p. passado. Abalado por uma série de desgostos íntimos, o inditoso deu termo a própria existência, ingerindo forte dose de fulminante tóxico. Pedro Silva era bastante estimado nesta cidade, pelo que o seu falecimento despertou o mais vivo pesar”. A morte do filho causou profunda angústia em sua mãe, Maria Joana da Silva (Sá Cruz). Morreu no ano seguinte, mas não sem ouvir promessa de seu filho Brás Rezende Silva (Cicino) para que erguesse na fazenda uma capelinha em honra a São Pedro, que na verdade buscava homenagear seu amado filho Pedro. A capelinha ficou como testemunho vivo de uma história que se tornaria quase um tabu na família. Dizem que a família sempre se reunia em torno da capela para pedir misericórdia pela alma do jovem moço falecido pelo capricho do destino e cúmulo do desespero.

Com a morte do coronel Chico Ferreira em 1937 os filhos receberam parte dos bens como herança e nova partilha foi feita após a morte de Sá Cruz. Brás Rezende Silva fi-

cou com a sede da fazenda, conservando a casa e a capelinha de São Pedro. Após a morte de Cicino a fazenda passou por mais uma geração na família até chegar a atual proprietária: Sueli Cunha Rezende. Sueli manteve a originalidade da sede e da capelinha. Abriu as portas da fazenda e restaurou a devoção São Pedro iniciando interessante evento cultural-religioso no sentido de resgatar a tradição celebrativa do santo padroeiro da capelinha de sua propriedade, que havia esfriado ao longo dos anos.

Importante destacar que a Fazenda Água Limpa está de portas abertas ao turismo rural na rota do queijo definida pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes. Sueli promoveu a reforma da Capela de São Pedro. Depois de novas divisões, hoje a Capela São Pedro está na Fazenda São Brás, de propriedade do empresário João Batista dos Santos (Joãozinho da Qualieng), o qual deu continuidade ao trabalho de Sueli e promoveu grande reforma da capelinha, colocando laje inclusive, porém sem descaracterizar seu estilo original.

Há pelos menos cinco anos tem havido excursões de alunos de escolas públicas na Fazenda os quais tem a oportunidade de conhecer uma cultura e um jeito de se viver que está desaparecendo de nosso meio. Nesse ano, no sábado, dia 29, foi celebrada uma missa em louvor à São Pedro presidida pelo padre Douglas Xavier da Paróquia São Sebastião. Houve leilão, barraquinhas com comidas típicas do mês junino com toda renda revertida para a paróquia. Calcula-se a participação de aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas.

Como entusiasta da história e cultura de Piumhi vejo com bons olhos a iniciativa da Sueli Rezende que para realização de evento de tão grande envergadura contou com apoio de toda sua família e de modo especial do empresário João Batista do Santos (Joãozinho da Qualieng). Que o renascimento dessa tradição possa ter continuidade e se perpetuar para que as gerações de hoje possam conhecer a beleza e a maravilha da simplicidade que é o elemento maior de nossa mineiridade. Parabéns à Sueli e a João Batista e a todos envolvidos nesse maravilhoso projeto.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# MESTRE ZÉ REIS

## De menino pobre que tinha tudo para dar errado ao grande Mestre de Capoeira (I)

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

José dos Reis nasceu em 27 de fevereiro de 1963, num casebre na Nova Brasília, então bairro da periferia de Piumhi. Filho de Flausina Maria de Jesus, mãe solteira, que além do preconceito enfrentou muitas dificuldades. A avó, Maximiliana Luiza de Jesus, foi quem escolheu seu pequeno nome, em razão de ser devota de Santos Reis. Maximiliana, era branca, mas tinha cabelos afro e teve cinco maridos. Ela criou seus filhos com muito rigor e muitas vezes até chegou a ser autoritária, sistema que foi reproduzido por Flausina ao educar seus filhos. Até os três anos de idade José dos Reis e sua mãe viveram naquela pequena casa na companhia da avó.

Em meio a esses problemas nasceu, em 7 de setembro de 1966, Luís Roberto, o segundo e último filho de Flausina. Quando Luís Roberto ainda tinha menos de um ano, Maximiliana teve a triste decisão de colocar a filha grávida e os netos para fora de casa, prática muito comum naquela época em razão do pensamento e mentalidade muito diferente da que vivemos hoje. A situação que era difícil conseguiu ficar muito pior. José dos Reis, aos três anos de idade, lembra até hoje emocionado: “minha mãe e eu sentamos lá de fora, e minha tia colocou-nos para dentro novamente. No outro dia, a minha mãe procurou o Alaor Marques e este, como era vicentino conseguiu uma casinha para que a gente pudesse morar. A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) também concedia à família um ‘vale’ semanal para retirada de alimentos no “dispensário” da instituição. O vale concedido pela SSVP não era suficiente para alimentar a família durante todo o mês e as dificuldades eram tantas que para matar a fome eles comiam “cambuquira”, nome pelo qual chamavam o broto de abóbora, com angu de fubá. O fato de ela ser mãe solteira de dois filhos, depender de ajuda do São Vicente e morar de favor fez com que a família sofresse muito preconceito, principalmente dos vizinhos, tanto que até hoje José dos Reis tem trauma desses e do lugar onde moraram, destacando que: “Minha mãe foi muito humilhada na Nova Brasília. Isso é uma lembrança muito ruim que eu levo e até hoje tenho pesadelo com isso”.

Aos seis anos e meio José dos Reis começou a trabalhar para ajudar na manutenção da casa. Seu primeiro trabalho foi a tarefa de buscar dois litros de leite em um sítio que ficava próximo à atual praça Tuiuti e para levar para uma padaria que ficava na rua Santo Antônio. Sempre trabalhou e confor-

me foi crescendo, novos trabalhos e oportunidades surgiam. Cada um era uma experiência nova e uma ocasião para aprender.

Ainda aos seis anos foi matriculado na Escola Estadual “Professor José Vicente”. Sua primeira professora foi a dona Rita Viana (Rita do Antão). Naquela época as carteiras da escola eram dupla, e como dona Rita sabia das dificuldades de José dos Reis e sua família,

colocou o menino pobre sentar ao lado do menino mais rico, que era Paulo do pessoal da Nossa Senhora da Guia. Na hora do lanche, Dona Rita, sempre convencia o Paulo a comprar uma ficha do lanche para o colega pobre. José dos Reis lembra dessa passagem destacando que “a fichinha dava direito a comer um pão com margarina, o que para mim naquela época era verdadeiro luxo”. Havia também o lanche oferecido pela escola que era um mingau “feito com uma aveia podre e carunchada que vinha dos Estados Unidos e que ninguém conseguia comer”, conforme ele mesmo relatou.

Como aluno, José dos Reis era levado e muito custoso. Era maior que os demais e tinha porte físico mais avantajado sempre, o que lhe colocava em posição de vantagem, levando-o a sempre se envolver em brigas e confusões. Naquela época não havia bullying. Segundo José dos Reis “se alguém implicasse o outro este respondia me espera lá fora e ele esperava mesmo. Eles agarravam no braço e depois iam embora e no outro dia já nem lembravam de mais nada e estava tudo tranquilo entre todos”.

Não era raro chegar em casa com olho roxo ou com corte nos lábios, e quando dona Flausina notava esses sinais de brigas a “cossa” era garantida: “Apanhou na escola, vai apanhar em casa também...”, advertia a mãe antes de “cortá-lo na correia”, como se dizia naquela época. Aos poucos foi desenvolvendo o seu senso de responsabilidade à medida em que ia crescendo. Aos doze anos, após terminar o primário (anos iniciais do ensino fundamental) deixou a escola. Era preciso aumentar o horário de trabalho para manter a casa: “menino cresce, come mais e por isso precisa de mais dinheiro e

ACERVO DO AUTOR



**Zé Reis; mestre da Associação de Capoeira Arte e Liberdade, uma das precursoras do esporte em Piumhi**

a solução para isso era trabalhar” desabafou José dos Reis.

Morar na casa da SSVP e receber o vale de alimentação da instituição aproximou aquela família dos vicentinos Ovídio Arantes de Melo e Eudoro da Costa Lima (Nô do Benil) -- personagens de grande coração que marcaram de forma substancial a vida de José dos Reis.

Os dois vicentinos levaram aquele menino de 7 anos para aprender marcenaria no “Aprendizado Frederico Ozanan” mantido pela SSVP de Piumhi. Ali José dos Reis aprendeu a arte de transformar madeira em móveis e teve a oportunidade de fabricar muitos móveis de qualidade para muitos piumhienses que se servem dos mesmos até hoje, tantos anos depois. No aprendizado, estreitou ainda mais seus laços de amizade com os dois vicentinos.

Frequentou também o CIAME (Centro Integrado de Atendimento ao Menor), onde a Irmã Carmem, uma irmã de caridade canadense, sempre o auxiliou e deu bons conselhos. Nas palavras de José dos Reis, Ovídio, Nô do Benil e Irmã Carmen “foram três anjos que Deus colocou em minha vida. Eu tinha tudo para dar errado na vida, mas esses três me colocaram nos trilhos e me ajudou e ensinou a ser gente de bem”.

Quando cresceu um pouco mais, aos nove anos, Nô do Benil o levou para trabalhar como ferreiro em sua serralheria. Foi uma experiência muito importante na vida dele, tanto que trabalha nessa profissão até hoje. Aprendeu uma nova profissão e recebia um salário um pouco melhor, o que ajudou a melhorar um pouco as condições de vida dele e de sua família.

Prosseguimos na próxima edição...

**Fale com o autor:**  
**professorluismelo@gmail.com**

MESTRE ZÉ REIS -- De menino pobre que tinha tudo para dar errado ao grande Mestre de Capoeira (II)

# ‘Capoeira é uma forma de honrar meus antepassados’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Com quinze anos fez parte do movimento de jovens da Igreja Católica, iniciando uma paixão que o acompanhou durante toda a sua vida. Apesar dessa experiência de religiosidade e fé, na transição da adolescência para a vida adulta, José dos Reis passou por alguns problemas com bebida e com boemia. Jogou futebol de salão, mas por ser muito alto passou a jogar basquete na quadra que existia na feira coberta. O time era do Bozó e José dos Reis, como todo jovem sonhador, tinha o desejo e a esperança de ser jogador profissional. Suas aventuras quase o fizeram se perder na vida, mas novamente uma luz se acendeu para que mantivesse aquele rapaz forte, alto e muito dinâmico no caminho do bem: a “Capoeira”.

Tudo começou, por volta de 1983, quando um colega o convidou para participar de um encontro de “Capoeira” na cidade de Passos. A resposta de José dos Reis foi incisiva com outra pergunta: “Lá tem mulher?”. Diante da resposta positiva dada pelo amigo, seguiram eles para Passos, para a tal “roda de capoeira”. Chegando lá, não é que José dos Reis arranhou uma namorada. Ao conhecer a família dela, percebeu que todos eram capoeiristas. Foi assim o seu primeiro contato com essa arte, hoje considerada um símbolo da resistência ao regime da escravidão e um dos mais importantes patrimônios culturais de nosso país. Faz parte da identidade cultural do Brasil e é reconhecida mundialmente como uma arte genuinamente brasileira que mistura esporte, luta, dança e muita musicalidade.

José dos Reis trabalhava durante a semana e na sexta ia para Passos treinar Capoeira com o professor Arquimedes, no bairro da Penha. Treinava também no sábado e no domingo faziam roda de Capoeira na feira do bairro São Benedito. Depois de dois anos o namoro terminou, e José dos Reis tentou treinar Capoeira com o Mestre Chicão, mas depois de dois ou três meses ele o mandou embora porque a Capoeira de Passos estava bem mais adiantada do que a de Piumhi e segundo José dos Reis “o Mestre não aceitava isso e sugeriu que eu fosse dar aula em Pimenta”. Ele foi mesmo para Pimenta, em 1989, procurou o Primo Pessoa, que na época era presidente do Clube daquela cidade e alugou um cômodo para iniciar seu trabalho com a Capoeira, mas não antes de uma advertência do locador: “Não vai dar certo, aqui ninguém gosta de Capoeira”. Ele não desanimou, levou o pessoal de Passos e fez uma grande roda de Capoeira. Na segunda-feira ao chegar para suas aulas tinha duzentas pessoas esperando para aprender Capoeira. Foi muito difícil porque ele tinha a terceira graduação naquela arte e não tinha experiência como professor, mesmo assim, perseveraram 150 alunos que permaneceram com ele durante o tempo em que ele trabalhou lá. Em 1991, a convite de líderes da comunidade católica na época do padre Antônio Campos Pereira (Padre Tonhão) foi aberto um projeto denominado “Quebra Gelo” no qual o Zé Reis ministrava aulas com subvenção da prefeitura, mas com a mudança do prefeito o projeto

foi extinto.

A “Capoeira” foi trazida para Piumhi nos fins da década de 1970 e início da década seguinte. Foi introduzida pelo Mestre “Sucuri”, um paulistano cujo nome verdadeiro a história local não conseguiu preservar. Ele formou um segundo Mestre, que ganhou a denominação de “Mestre Grilo”. Esses precursores trabalharam a Capoeira em Piumhi, enfrentaram desafios e muito preconceito, mas insistiram e algumas sementes foram plantadas. Uma dessas sementes foi o Mestre Chicão, que comandou a “Capoeira” em Piumhi por muitos anos.

José dos Reis se reencontrou na Capoeira, mas como na vida nada vem fácil enfrentou muitos desafios para conseguir se formar “Mestre e Contramestre em Capoeira”. Trabalhava a semana inteira e nos finais de semana tomava o ônibus e ia para Passos para treinar seu novo esporte. É comum os Capoeiristas viajarem para outras cidades para disseminar a arte. Numa dessas viagens, na cidade de Iguatama, José dos Reis se apresentou com o grupo de Pimenta e o famoso Mestre Paulo Gomes ficou impressionado com seus movimentos, gingado e agilidade e lhe propôs se tornar Mestre em Capoeira. Ele se assustou e disse que precisava encontrar um Mestre que lhe formasse, e recebeu como resposta: “você já encontrou, vamos trabalhar comigo em São Paulo”. Ele aceitou o convite e foi formado Contramestre em Capoeira em 1997, embora não goste de ostentar o título que lhe foi dado, preferindo apenas “Mestre”. O processo de formação seguiu um ritual por quatro anos: pegava o ônibus na sexta, fazia aula no sábado e no domingo se apresentava no Ibirapuera.

Assim, formando como professor da arte, José dos Reis deixou de existir e surgiu o “Mestre Zé Reis”, forma pela qual é conhecido em toda a cidade e região. Em São Paulo, o grupo do qual fazia parte se apresentava semanalmente no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. O Mestre Paulo Gomes tinha influência política na época do governador Mário Covas e com o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Sairia como candidato a deputado e estava lutando para a profissionalização da Capoeira no Brasil, porém, em 1999, fizeram uma armação para ele sendo barbaramente assassinado. Diante dessa decepção o Mestre Zé Reis pensou em largar a Capoeira, mas por influência de amigos que o fez pensar se era isso o que o seu Mestre queria, repensou e decidiu continuar.

Montou uma academia no antigo “Bangalô” na rua Nogueira de Sá, onde aos finais de semana funcionava o “Bailão do Antônio Carlos”. Tinha nessa época cem alunos e assim foi até o ano 2000, quando



Mestre Zé Reis: uma vida dedicada aos projetos sociais na Capoeira para salvar crianças e jovens

Antônio Carlos interrompeu seu negócio. O Mestre Zé Reis não daria conta de pagar o aluguel sozinho, razão pela qual teve que paralisar com as aulas de Capoeira. Ficou assim até 2003, quando o presidente da SSVF decidiu criar um projeto de Capoeira e o convidou para ministrar as aulas no “Espaço Cultural” da instituição. Ele aceitou o convite que era mantido por subvenção da prefeitura. Funcionou até 2011, quando o projeto foi encerrado.

Em 1997 criou a “Associação de Capoeira Arte e Liberdade” em Piumhi, mas esta entrou em atividade mesmo somente depois de 2007. Com a legalização da associação abriram-se as portas para o recebimento da subvenção que recebe até hoje e mantém esse bonito trabalho social. O objetivo do projeto é prevenção às drogas, alcoolismo e tabagismo. Na avaliação do Mestre Zé Reis: “98% dos meus alunos foram afastados do mundo das drogas e dos maus costumes, graças à disciplina, honra e hierarquia, aprendida na Capoeira”.

Zé Reis define a Capoeira como “Uma manifestação cultural que me faz lembrar dos meus antepassados. Eu sei que alguém lá no passado sofreu para gente estar no patamar que estamos. Sei que não é o patamar ideal, mas alguém lá atrás pagou com sangue, suor, sofrimento por nossas conquistas. Quando lembro disso, penso que a Capoeira é uma forma de honrar meus antepassados. A Capoeira é sustentada por três pilares: hierarquia, resistência, tradição”.

Ainda segundo o Mestre, esses pilares desenvolvem nos jovens um sentimento de respeito e obediência. É impensável a quantidade de jovens que foram salvos do mundo das drogas em razão da Capoeira e dos projetos sociais desenvolvidos pelo Mestre Zé Reis. Piumhi tem uma dívida imensurável com ele, mas muitas vezes ao invés de ser reconhecido ainda, nos dias de hoje, sofre com o preconceito e discriminação. Dessa forma, o Mestre Zé Reis e seus projetos sociais são dignos dos maiores louvores, pois alcança por meio de um esporte genuinamente brasileiro o que muitas instituições não conseguem: a sobriedade de muitas crianças, jovens e adultos.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Mestre Zé Reis: de menino pobre que tinha tudo para dar errado ao grande Mestre de Capoeira (II). **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 21 jul. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

# De Vila a Cidade: Piumhi e sua Emancipação Política

ALTO ARQUIVO



**A bucólica Piumhi em meados do século passado e seu casario no Largo da Matriz hoje praça Dr. Avelino de Queiroz; o segundo casarão a partir da direita abrigou a primeira sede da Câmara de Vereadores**

**LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO**

No sábado, 20 de julho de 2024, nossa querida Piumhi completou 156 anos de elevação à categoria de cidade. Isso mesmo 156 anos de cidade e não de emancipação político-administrativa como muito se ouviu por aí durante esses dias. O equívoco decorre do fato de que na época do império a emancipação político-administrativa se dava por meio da criação e instalação da Vila e não com a elevação do lugar à categoria de cidade. A instalação da Vila acontecia com a posse da Câmara Municipal, a qual competia o governo municipal independentemente de uma cidade. Nessa época as câmaras municipais congregavam o poder executivo e o legislativo. Algumas Câmaras tinham o privilégio de 'Foro' que consistia na existência do poder judiciário comandado pelos Juízes Municipais.

A luta pela autonomia piumhiense remonta os anos 1830, quando os habitantes de Piumhi solicitaram, ou melhor imploraram a conquista para esse sertão, ainda distante e esquecido por sua sede de gover-

no: São Bento do Tamanduá, hoje Itapecerica. Diante de uma negativa, em 1833, uma nova carta foi escrita e novamente o pedido foi ignorado. Criou-se a Vila Nova da Formiga em 1839, a qual passamos a pertencer até que em 1841, o governo provincial concedeu-nos a independência política-administrativa.

Portanto, a autonomia político-administrativa de Piumhi se deu em 1841, quando o Distrito de Paz foi elevado à categoria de Vila. Entretanto, essa conquista efetivou-se somente de forma solene com a instalação da Câmara em 7 de abril do ano seguinte e posse de seus sete vereadores.

A Câmara foi instalada num antigo casarão da praça Dr. Avelino de Queiroz, naquela época chamada de 'Largo da Matriz'. O primeiro presidente da Câmara Municipal de Piumhi foi o vigário José Severino Ribeiro, eleito por seus pares.

Somente 27 anos depois de iniciada a experiência de "vilania" é que se elevou Piumhi à dignidade de cidade. Isso se deu no governo municipal de José Soares de Oliveira (o velho). De prático houve apenas o au-

mento do número de vereadores de 7 para 9 e mais nada. No entanto, a conquista não pode ser desprezada, pois deu à Vila de Piumhi o status de cidade, o que garantia uma posição mais respeitosa perante aos demais municípios. Segundo o Capitão Joaquim Alves Parreira a conquista da elevação de Piumhi à cidade é devida ao Cônego Modesto Luiz Caldeira e seu filho Aristides Godofredo Caldeira -- ambos ocuparam o cargo de deputado provincial e o usaram com muita determinação para alcançar esse fim.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a nova estrutura administrativa passou a ignorar tudo que era típico e próprio do império. Assim, passou-se a comemorar o aniversário da emancipação de um local. Mesmo diante dos equívocos registro nesse espaço os meus sinceros parabéns aos meus conterrâneos, que ajudam, cada um ao seu modo, a construir essa cidade conhecida nacionalmente como a 'Cidade Carinho.

**Fale com o autor:**  
**professorluismelo@gmail.com**

# Piumhi merece há muito o Museu e Arquivo Público

É preciso esclarecer que a importância da preservação histórica de uma localidade é o reflexo de sua própria identidade cultural

ALTO IMAGEM

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Neste recesso escolar tive a honra de visitar, com minha família, quatro importantes cidades históricas de nosso estado: São João del Rei, Tiradentes, Barbacena e Congonhas. Não preciso dizer que o nosso passeio foi uma viagem pelo passado colonial e imperial da história de nosso país. Perdi a conta de quantas igrejas barrocas, museus e espaços culturais foram visitados ao longo desse passeio.

Em São João, Tiradentes e Congonhas pude rever com meus olhos de historiador a riqueza do ciclo do ouro na decoração das igrejas barrocas, na imponente arquitetura colonial das casas, nas peças cuidadosamente zeladas pelos museus, nas vielas e ruas calçadas de grandes blocos de pedra, certamente, ali colocados pela mão de obra escrava.

Em Barbacena conheci o famoso “Museu da Loucura” e me pus a imaginar quantos piumhienses sofreram na pele as atrocidades cometidas pela ciência manicomial do passado. Imaginei quantas vozes foram silenciadas, quantos eletrochoques que ao invés de cura provocava sofrimento e morte, quantas identidades pessoais reduzidas a um número e a nada... Apesar de muito triste e demonstrar a fragilidade humana diante do poder ou dos poderosos, é uma história que precisa ser perpetuada para evitar que essas atrocidades sejam repetidas no presente e no futuro.

Observando essa preocupação das prefeituras e da população daquelas cidades, bem como do Estado em preservar tão importantes capítulos de nossa história me peguei pensando como nós piumhienses temos preservado a nossa história... Cheguei à conclusão de nada ou quase nada, apesar dos esforços de alguns ao longo dos anos. Muito pouco para uma cidade que é polo regional, que tem uma história e cultura tão rica quanto às cidades que visitei. É preciso esclarecer que a importância da preservação histórica de uma localidade é reflexo de sua própria identidade cultural.

Há muito se pensa em criar um museu em nossa cidade... Essa já foi a bandeira de José Cristóvão de Lima (Zé Beijinho), Luciano Firmino e a equipe do ALTO S. FRANCISCO, dona Hebe Bruno e agora é do autor dessas linhas.

Quando falo da ideia de se criar



O casarão dos Arantes; remanescente do antigo casario da Dr. Avelino

um museu em Piumhi ouço de muita gente “mas já tem a Casa da Cultura”. Diante disso, considero importante destacar a diferença entre um Museu e uma Casa da Cultura. As diferenças são muitas, mas a principal é o Museu tem acervo, enquanto a segunda não é dono das obras e não precisa se preocupar com sua manutenção e documentação.

Dona Hebe Bruno criou, em sua residência, na época da gestão do prefeito Dr. João Batista Soares (1996-1999), o “Espaço Cultural II Bruno”. Recebeu doação de inúmeros objetos importantes para a história do município, dentre os quais o microscópio que pertenceu ao Dr. Avelino de Queiroz. Quando prefeito, Tatá Tomé adquiriu a casa que pertenceu ao Dr. Avelino de Queiroz e a transformou em Casa da Cultura. O espaço Cultural II Bruno foi fechado e seu acervo levado para Casa da Cultura.

Posteriormente, com mudança do governo municipal, desavenças fizeram com Dona Hebe saísse da Casa da Cultura e levasse consigo o acervo que foi guardado no Stalo Hotel, Memorial João Gatti (pertencente ao Atlético Piumhiense Futebol Clube), onde permanece até hoje sob os cuidados de Carlos Leonel de Oliveira.

Tenho empreendido muitos esforços para preservação da história de nossa cidade, através de textos, livros, palestras, documentários, entrevistas e outras atividades. Também idealizei e executei a criação do “Memorial Pe. José Vicente de Araújo” junto à Paróquia Nossa Senhora do Livramento, do “Espaço Cultural do Legislativo Piumhiense Prefeito Arlindo Barbosa Neto” junto

à Câmara Municipal de Piumhi e o “Memorial Pedro de Alcântara Veloso” junto à Corporação Musical Lira São José”. São iniciativas pequenas e insignificantes diante da imensidão da história e cultura piumhiense.

Diante de tudo isso, trago a proposta de criação do “MUSEU REGIONAL E ARQUIVO PÚBLICO DE PIUMHI”. Porque regional? Porque Piumhi é uma cidade polo na região, é uma referência, além de não vincular apenas o município cujas rendas são parcas e possui outras prioridades como mais urgentes. Pains, por exemplo, é uma cidade bem mais nova que Piumhi e possui seu museu federal. Recentemente perdemos artefatos arqueológicos importantes para nossa história que foram resgatados em um sítio localizado às margens da MG-050 para aquele museu simplesmente porque não temos o nosso.

Para um historiador e entusiasta da história de nosso município isso representou uma humilhação sem precedentes. Piumhi merece seu Museu e um Arquivo Público para reunir um imenso acervo documental que em breve deixará de existir por falta de condições adequadas de armazenamento e conservação. O histórico “Casarão dos Arantes” na praça Dr. Avelino de Queiroz é o espaço adequado para a viabilização do projeto e proposta de dotar Piumhi de seu Museu e Arquivo Público. Está à venda, quem sabe podemos nos organizar e colocar em prática esse importante projeto para toda região de Piumhi. Mãos à obra!

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# O único remanescente do século XIX na Dr. Avelino

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ALTO IMAGEM

Semana passada apresentamos a proposta de criação de “MUSEU REGIONAL E ARQUIVO PÚBLICO DE PIUMHI”. Apontamos as razões e a importância de tal iniciativa e demos a sugestão de que a instituição fosse criada no “Sobrado dos Arantes” na praça Dr. Avelino de Queiroz. A proposta teve boa manifestação por parte do povo e silêncio por parte dos políticos. Alguns me perguntaram a razão da escolha do sobrado. A resposta é simples: o sobrado é na praça Dr. Avelino de Queiroz a única edificação que insiste em se manter de pé. Construído por iniciativa do Tabelião Ovídio Arantes, no final do século XIX, atravessou todo século XX e até no primeiro quartel do século XXI se mantém de pé.

Podemos dizer que o “Sobrado dos Arantes” é a uma das únicas construções de Piumhi que conservaram sua arquitetura original. Muito bem preservado pelo atual proprietário que reformou todo telhado, a edificação é a encarnação da identidade histórica do município. Tememos que se a municipalidade não adquirir o imóvel, certamente, será derrubado e Piumhi perderá sua referência histórica naquela área e a oportunidade de ter uma sede digna para seu museu e Arquivo Público. Além de tudo isso, o casarão é amplo, espaçoso e será ótima sede para as instituições que queremos e precisamos criar.

Desejamos apresentar algumas linhas sobre o sobrado que tem sua história própria, além de ser testemunha ocular de inúmeros fatos do passado piumhiense. Sobrado dos Arantes é o nome que criei para designar aquela edificação, uma vez que foi construído por iniciativa do Tabelião Ovídio Arantes. Depois passou para outros proprietários e voltou à posse



O Sobrado dos Arantes é a identidade histórica do passado piumhiense,

da Família Arantes até chegar ao atual proprietário.

É um dos exemplares mais curiosos e bem conservados da arquitetura piumhiense. Construído no final do século XIX, cuja obra de execução foi realizada pelo italiano Domingos Polcaro. É certo que o construtor italiano ergueu a obra sob influência arquitetônica de sua pátria de origem. No entanto, podemos notar semelhanças com edificações erguidas em Belo Horizonte, na mesma época para servirem de sede das repartições da nova capital mineira.

A parte térrea da construção foi utilizada ao longo dos anos para diversas finalidades: oficina mecânica, garagem de calhambeque, Banco de Minas, Banco do Comércio e Indústria, alfaiataria, bar e residência. O andar superior sempre foi utilizado como residência. Trata-se de uma construção eclética com traços característicos do estilo barroco. São mais duzentos metros quadrados de construção somando os dois pavimentos.

As paredes são de adobe, uma espécie de tijolo grande de argila, seco ou cozido ao sol, às vezes acrescido de palha ou capim, para torná-lo mais resistente. A fachada

é ornada por pilastras entre as janelas com elementos geométricos em massa, frisos, cimalkas, peanhas que revelam inúmeros detalhes. As janelas são de duas folhas, constituídas de madeira e vidro, dado para sacadas na fachada do sobrado. No segundo pavimento o piso é de assoalho, cuja conservação impressiona e pavimento térreo o piso é de cerâmica hidráulica, certamente colocado posteriormente.

O construtor agregou novas influências à arquitetura piumhiense, como já dissemos, certamente trazidas de sua pátria e dos novos padrões da época. Essas minúcias transformam o edifício em uma espécie de construção de estilo único e incomparável na cidade e na região.

Por todas essas razões podemos dizer sem dúvida que o Sobrado dos Arantes é a identidade histórica do passado piumhiense, por isso é nosso dever preservá-lo e o melhor caminho para isso é que o imóvel seja adquirido pelo poder público e transformado em nosso “MUSEU REGIONAL E ARQUIVO PÚBLICO DE PIUMHI”.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# Primeira Missa é celebrada em 15 de agosto de 1754

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na quinta, 15 de agosto de 2024, celebrou-se a Festa de Nossa Senhora do Livramento, padroeira de Piumhi. Hoje faremos uma pequena reflexão sobre a escolha da padroeira de nossa cidade.

O processo de colonização e povoamento de Piumhi obedeceu a dois ciclos: o primeiro iniciou-se em 1731 com as explorações de João Batista Maciel, pouco tempo depois quase extinto devido aos constantes ataques dos aquilombados; e após sua destruição os novos colonizadores voltaram a povoar a região por volta de 1750.

Nessa época, apareceu no lugar, um número razoável de pessoas, compreendidas como uma espécie de bandeirantes. Vinham eles desbravando o interior do estado à procura de ouro e metais preciosos. Chegando ao Córrego do Lavapés, onde passaram a noite e tomando conhecimento de suas margens, resolveram explorar o minério no lugar e nas serras adjacentes ao córrego. Trataram logo de obter a permissão necessária do sesmeiro (dono da propriedade) para continuar a exploração. Permissão esta, que segundo o professor João Machado, lhes foi concedida.

Instalaram-se às margens do córrego Lavapés, e lá construíram suas choupanas e ranchos cobertos de folhas de palmito e sapé. Deram início às minerações. A notícia se esparramou e foram aparecendo mais mineradores que aderiram ao grupo. Consta também que nessa época havia aparecido, no local, um padre, Marcos Pires Correia, que, com licença de seu superior hierárquico, integrou-se também à mineração de ouro e pedras preciosas. Tendo notado uma boa probabilidade de exploração com ótimos resultados, estabeleceu-se também às margens do córrego.

Aproveitando da presença do sacerdote, quis a população que esse lhes falasse a Missa. Muita dificuldade foi encontrada para a celebração dessa missa, conforme registrou o Professor João Machado “*No correr do ano de 1754, o referido padre Marcos Pires Correia, que há muito tempo não usava sua ordens sacerdotais quanto*

*à celebração do Santo Sacrifício da Missa, teve desejo de o fazer ou porque há muito tempo não fazia, ou por ser agradável com seus companheiros mine-radores. Propôs, então, aos mi-neradores, que se mandassem vir os paramen-tos necessários, ele se propunha a celebrar, e, assim implora-riam, com mais abundância, as bênçãos de Deus sobre seus trabalhos. Com grande alegria e geral satisfação, foi aceita a pro-posta e posto que as dificuldades fossem grandes seguiram alguns mineiros, 5 ou 6, a buscar os aviamentos”.*

A povoação pertencia à Comarca do Rio das Mortes e Paróquia de São José Del Rei (hoje Tiradentes, criada em 1724), e possuía uma distância, pela qual a comitiva percorreu, cerca de 100 léguas, aproximadamente 600 Km. Hoje essa distância não passa de 350 quilômetros. Ocorre que, naquela, época não se tinha conhecimentos de todos os caminhos, além de terem que se desviar de obstáculos naturais como rios caudalosos, pântanos e outros. Apesar dessa longa distância, São José Del Rei era a mais próxima vila do povoamento e lá seria o objetivo daquela comitiva, que ia a busca dos aviamentos.

Enquanto a comitiva partia, outra comissão de mineradores, sob o comando do padre, trataram de construir um altar, para que a missa pudesse ser celebrada. Considerando que o padre Marcos pudesse ficar muito tempo entre eles, ou que se ele se retirasse e que pudesse vir outro padre, resolveram erguer uma capela, de acordo com suas condições: socaram umas grossas taipas de terra umedecida, para servir de paredes, as quais mediam 12 ou 13 palmos de altura (equivalente a 2,5 metros). O teto era de madeira coberto com folhas de palmeiras. Estava construída a



A Igreja Metriz de N. Srª do Livramento ainda com dois estágios na torre aos moldes como inaugurada em 1915

primeira capela de Piumhi. A única porta que a capela possuía era voltada para a nascente do córrego, em direção mais ou menos onde está localizado, hoje, o bairro Bela Vista (Antigo Morro do Marruás).

Concluída a capela e chegada a comissão trazendo os aviamentos, teve lugar a celebração da primeira Missa nesse planalto. Curiosamente esse fato se deu no dia 15 de agosto de 1754, isto é, dia da Assunção de Nossa Senhora.

Segundo a história dentre os pertences de um dos mineradores foi encontrada, pelo padre Marcos, uma pequena imagem de Nossa Senhora do Livramento, que foi levada e entronizada na capela, tornando-se padroeira do lugar. Segundo o sacristão de 1944, João Machado, até a sua época esta imagem ainda se encontrava na Igreja Matriz de Piumhi. Por esse motivo a Nossa Senhora do Livramento deu nome à povoação e ainda tornou-se padroeira, como é até hoje.

A devoção à Nossa Senhora do Livramento tornou-se forte quando lhe atribui o milagre da Paz, haja vista uma disputa de conflitos de terras entre Capitão Luís Antônio e José Alves Pereira. Entre os abastados fazendeiros até um duelo foi marcado para resolver a questão. O dia do triste acontecimento era um domingo, todos os moradores do arraial estavam presentes ao redor da capela, quando a contenda foi resolvida, segundo relatos do professor João Machado: “*O povo, com fisionomia tristonha, aguardava o desfecho da questão, quando o padre Marcos, em tom de voz grave e imperioso fala aos contendedores em nome de Deus e da religião aos dois e os conjura para não se matarem em duelo, porque, além de perderem suas vidas e terras, perderiam infalivelmente suas almas por toda a eternidade. Assim, aconselhava-os a terminarem a questão de modo honroso para ambos, dando o terreno litigioso para Patrimônio de N. S. do Livramento, pois que, ali, estava a sua capela, onde sua imagem já se achava entronizada, por isso era muito justo, que tal terreno pertencesse à mesma”.*

O grande “Patrimônio de Nossa Senhora do Livramento”, talvez tenha motivado o Bispo Diocesano a criar a Paróquia Nossa Senhora do Livramento em Piumhi, consagrando oficialmente essa terra à Nossa Senhora do Livramento.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

OPORTUNIDADE EM DIVINÓPOLIS

Apartamentos excelentes! Prédio em construção -- entrega das unidades a partir de dezembro de 2026!

Comprando agora, só começa a pagar em DEZEMBRO DE 2024!

É a sua oportunidade de adquirir um dos melhores empreendimentos que Divinópolis terá! Área central.

São 14 unidades residenciais. Apartamentos bastante luxuosos com amplas varandas em todas as unidades, vista panorâmica, portaria eletrônica inteligente (ótima segurança)! Ainda, Box de despejo privativo, 100% rebaixado, preparação para ar condicionado em todos os quartos, água com medidor individual.

Fachada com diversos elementos construtivos: textura em pedra, porcelanato, jardim vertical, pele de vidro, serralheria. Aquecimento solar.

NOVIDADE: estrutura para receber ponto elétrico para abastecimento de carro elétrico!!!

Possui tecnologia sustentável, segurança avançada, estilo exclusivo, pet-friendly, projeto inclusivo, ambientes amplos, localização valorizada.

Apartamentos com até 285 metros de área, 1 suite master e 2 semi suites, lavabo, área gourmet, cozinha, área de serviço, 3 quartos.

Vagas na garagem para, pelo menos, 2 veículos de grande porte! Há unidades com 4 vagas na garagem.

Valor: a partir de R\$ 869.000,00.

TELEPHONE: (37) 99969-4558

CASA À VENDA NO BAIRRO SANTA MARTHA EM DIVINÓPOLIS

Localização Privilegiada: Bairro com vista panorâmica e muita tranquilidade.

Conforto e Estilo: Casa de frente para o nascente, garantindo frescor natural.

Espaço Gourmet e Piscina: Perfeito para receber amigos e familiares com estilo.

Projeto Paisagístico: Lote de 360 m² com um belo design ao ar livre.

Estrutura Moderna: Concreto armado que permite futuras modificações.

Garagem Ampla para carros grandes

Design Atual: Estilo moderno e personalizado com iluminação sofisticada.

Espaços Amplos: Pé direito duplo, 2 banheiros, 1 lavabo e muito mais.

R\$ 989.000 com lote de 360 metros

Possibilidade da venda com lote de 720 metros.  
R\$ 1.300.000,00

TELEPHONE: Luís Gustavo (37) 99969-4558

MELO, Luís Augusto Júnio. Nossa Senhora do Livramento - Padroeira de Piumhi: primeira missa é celebrada em 15 de agosto de 1754. **Alto S. Francisco.** Piumhi, ano 103, 18 ago. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

# O jubileu de 270 anos de criação

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Piumhi celebra esse ano um jubileu: 270 anos de criação da Paróquia Nossa Senhora do Livramento. O ano comemorativo foi instituído pelo Bispo de Luz, Dom José Aristeu Vieira. Uma oração especial foi confeccionada e aprovada pelo prelado de Luz. O Papa Francisco concedeu indulgências plenárias aos fiéis que entrassem e saíssem pela ‘Porta Santa’ da igreja Matriz e rezassem a Oração do Jubileu, o Creio, um Pai Nosso e uma Ave Maria. A primeira parte da festa da padroeira foi a novena nas comunidades da paróquia. Agora está sendo celebrada a segunda parte da novena, cada dia a celebração foi presidida por um padre que já passou pela paróquia ou que é natural de Piumhi. A novena se encerrará no dia 26 de agosto com celebração solene presidida pelo Bispo de Luz. Antes da Missa do dia 26, será fechada a ‘cápsula do tempo’ organizada na base do cruzeiro que será afixado ao lado da Matriz. No nicho depositaremos com cartas, documentos, fotos e objetos para que seja abertos daqui trinta anos, ocasião em que a Paróquia celebrará seus 300 anos de existência.

A Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi foi criada no dia 26 de Agosto de 1754, portanto, 270 anos atrás por ato do primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz. Entretanto, o decreto de criação da Paóquia não foi localizado em Mariana e nem em Luz, as duas sedes de Bisposados que a Paróquia pertenceu.

A data é comprovada pelo Bispo de Mariana, Dom Frei da Santíssima Trindade, que no relatório da Visita Pastoral de 1825, em Piumhi, na ocasião em que decidiu a subordinação da Capela de São Roque entre as Paróquias Nossa Senhora do Livramento de Piumhi e Sant’Ana de Bambuí. Para tomar a decisão o bispo ouviu os vigários das duas Paróquias envolvidas (Piumhi e Bambuí), consultou o arquivo da Diocese e ouviu ainda o Vigário da Vara. A decisão precisava ser muito bem fundamentada, pois a questão se arrastada desde 1802 quando a capelinha de São Roque havia sido transferida de Piumhi para Bambuí. No dia 27 de agosto de 1825, antes de decidir a questão o bispo deu notas de quão era complexa a situação a ser resolvida: ‘(...) Faltam de assentos regulares, divisas sem notas características de lugares, fundadas somente em costumes, e posses transmitidas de tradições vulgares e indiscretas, foram a origem dessa dúvida, assim como acontece noutras muitas freguesias’. Após essa explicação tomou a sua decisão em favor da Paróquia de Piumhi, justificando a opção da seguinte forma: ‘Mas continuando a disputa e ouvidos ambos reverendos párocos atuais e o reverendo vigário da vara do termo, descortinou-se que a paróquia de Piumhi foi criada em 1754 e a de Bambuí em 1768; conheceu-se perfeitamente que a Ermida de São Roque foi fundada por Manoel Marques de Carvalho em terreno de sua fazenda e que este foi o mesmo que promoveu a ereção da paróquia de Piuí, tendo



Acima, imagem da padroeira Nossa Senhora do Livramento, decretos do Papa Francisco concedendo indulgências e bênção apostólica por ocasião do Jubileu dos 270 anos da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi

de passar somente o rio denominado então geralmente de Cabretos Grande e caminhos assaz planos, necessariamente havia de dar obediência a esta, quando para a de Bambuí tinha de passar dois rios e caminhos muito difíceis’. (TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima: Visitas Pastorais 1821/1825, p. 280 -281).

O bispo Dom Frei da Santíssima Trindade continua: ‘Não obsta acharem alguns assentos de batizados daquela aplicação em Bambuí, por ser certo que a Paróquia de Piuí esteve vaga por diferentes tempos, até ser elevada à categoria de colada e então é que esses mesmos assentos de batizados, administrados por sacerdotes que transitavam, foram para ali remetidos. Da mesma sorte se tem qualificado o engano do nome da Matriz, tanto no regimento como na provisão (o que se tem notado por vício pela emenda feita), quando o repreende-se ser muito fácil confundir um nome com o outro, ainda pela prenúncia menos expressiva’.

Quando Dom Frei da Santíssima Trindade qualifica a Paróquia que estava visitando escreveu: ‘Freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Piuí, a 59 léguas de Mariana e 89 da Corte do Rio de Janeiro, com 3.620 almas e de rendimento de 670\$000 com a Côngrua. Esta freguesia foi erata no ano de 1754, a primeira Freguesia do Termo do Tamanduá, a sua maior extensão de nascente ao poente é de 22 léguas, começando a divisa nos valos da Capitinga, além da Ponte Alta, até o Ribeirão Grande, além da Serra dos Talhados, nas margens do Rio Grande, a sua latitude de norte a sul não é regular, pois debaixo do Capitinga ao fim da divisa rumo da Mata terá 14 léguas, e na fazenda da Batalha até as Araras, além do São Francisco, são 10 a 11 léguas, e crismaram na Matriz 2.914 pessoas. (...) A Igreja Matriz é de taipa e fabricada de pouco tempo novamente e por ora só tem um altar com trono e retábulo de meia talha pintada e dourada com alguma decência. Sem sacrário com o Santíssima Sacramento



e a igreja não é grande, mas está forrada e campada. Tem pia batismal de madeira e vasos dos santos óleos de vidro, não tem ainda torres, nem adro. Na sacristia tem dois cálices, custódia, relicário para o Viático, turbulo, naveta e lâmpada, tudo de prata’. Destacamos que Tamanduá é hoje a cidade de Itapecerica.

Outra fonte é o Livro *Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana* do Cônego Raimundo Trindade, onde cita o Livro do Registro das Freguesias do Bispado transcrevendo que a Paróquia de Piumhi teria sido criada em 1754. Waldemar de Almeida Barbosa transcrevendo o Bispo Dom Frei da Santíssima Trindade reafirma a criação da Paróquia como sendo em 1754. Existe também, uma demanda judicial entre a Paróquia Nossa Senhora do Livramento e Câmara Municipal que envolvia a disputa pelo domínio do Patrimônio de Nossa Senhora do Livramento, no qual vemos novamente a informação de que a Paróquia havia sido criada pelo Bispo de Mariana em 8 de agosto de 1754.

A justificativa para a criação da Paróquia era tentativa de dar assistência espiritual aos habitantes que aqui viviam, bem distantes da civilização. Criada a Paróquia, faltou um padre corajoso para assumir tão grande e difícil encargo. Mais difícil ainda foi encontrar esse personagem, pois nenhum sacerdote queria trabalhar numa mata praticamente fechada e com pequenas faisqueiras de ouro que mal dava para o sustento. Dentre os padres que deram assistência ao arraial durante os 33 anos que não houve padre residente foram: Padre Marcos Freire de Carvalho e seu coadjutor Padre Félix José Soares da Silva, Padre Gaspar Álvares Gondim, Padre José Nogueira Gardam, Francisco Álvares Torres (assinou o termo de abertura do primeiro livro de batizados em 1781). O primeiro padre residente da Paróquia de Piumhi foi o Padre Miguel de Albuquerque que aqui chegou em maio de 1787.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# Paróquia celebrou os seus 270 anos de criação na segunda, 26

RODRIGO ALVES BATISTA



Presidida pelo bispo Dom José Aristeu Vieira a Missa do Jubileu acontece com a Matriz Nossa Senhora do Livramento repleta de fiéis; abaixo o bolo com 2,70 m decorado com imagens históricas da Paróquia e as comemorações no adro da Igreja na noite da segunda, 26, com a participação de padres de paróquias regionais



## LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Dia 26 de agosto de 2024, 19h na igreja Matriz de Piumhi iniciava o ponto mais alto do Jubileu comemorativo dos 270 anos de criação da Paróquia Nossa Senhora do Livramento. A igreja estava repleta e radiante. Foi uma celebração de Ação de Graças entusiástica e com toda liturgia voltada para narrativa da história da paróquia.

Antes do início da celebração, o cruzeiro colocado ao lado da Igreja Matriz como símbolo de fé e religiosidade do povo piumhiense e como marco da presença das Santas Missões Redentoristas em nossa cidade no ano passado, foi abençoado pelo Bispo Diocesano de Luz, Dom José Aristeu Vieira. O mesmo prelado deu sua bênção com a coparticipação dos padres ali presentes nos dois nichos incrustados na base do cruzeiro onde foram depositados duas caixas de vidro que continham cartas, jornais, livros, revistas e documentos. A *Cápsula do Tempo* será aberta daqui trinta anos, momento em que a Paróquia celebrará seus 300 anos de criação. Nesse momento, o Bispo destacou a importância daquele ato como um mecanismo da relação entre o passado, presente e o futuro.

O comentário da Celebração ficou a cargo do animador Igor Leandro Cândido que com uma voz imponente deu início narrando a fundação do arraial, doação do patrimônio e fundação do arraial de 'Nossa Senhora

do Livramento do Piumhi'. Estiveram presentes à celebração os padres Heron Batista Beirigo, de Capitólio; padre Patriky Samuel Batista, de Pimenta, padre Antônio José de Simone da Paróquia São João Bosco de Santo Antônio do Monte; padre Antônio dos Santos Silva de São Roque de Minas; padre Marcos Antônio Costa, de Dorasópolis e da Paróquia anfitriã; padre Joel Bernardes de Macedo, da Paróquia Santo Antônio de Piumhi; padre José Pimenta da Silva, de Córrego Fundo, padre Roger Evangelista Rodrigues, da Paróquia São Geraldo de Formiga, além de alguns seminaristas.

Presentes também o prefeito, Dr. Paulo César Vaz; o vice-prefeito José Cirineu Silva e muitos secretários municipais. Presença também do Dr. José Cassiano Vargas, um dos primeiros ministros da Eucaristia de Piumhi e do mundo, vez que a experiência da instituição do ministério surgiu na Diocese de Luz por sugestão de Dom Belchior no Concílio Vaticano II. A liturgia da celebração foi própria e o Bispo em sua homilia destacou a importância da celebração daquele momento. Relembrou quantos sacerdotes e leigos passaram pela paróquia nessa jornada de 270 anos. Destacou também que não existe paróquia sem povo de Deus e rogou as bênçãos de Deus para o piedoso povo de Piumhi, de modo especial os paroquianos da Paróquia Nossa Senhora do Livramento, em Festa. No ofertório foram oferecidos os quadros com os decretos papais e diocesanos que insti-

tuíam o Ano Jubilar e concedia as Indulgências Plenárias.

No final o bispo e os padres que se faziam presentes abençoaram o bolo de 2,70 metros de comprimento e que estava ornamentado com fotos antigas e atuais da Matriz e das capelas que forma construídas pela paróquia primaz de Piumhi e da Diocese de Luz. Cantou-se os parabéns e a palavra foi concedida ao autor dessas linhas para que pronunciasse algumas notas da história da paróquia.

Em seguida o Bispo abençoou a réplica da imagem bicentenária de Nossa Senhora do Livramento que foi repassada às mãos do prefeito e do Secretário da Cultura, respectivamente Dr. Paulo e Thiago Santos. A imagem ficará exposta na Casa da Cultura Oscar Alves Rocha. Padre Daniel explicou que a entrega fazia parte de um compromisso assumido pela Paróquia ante a liberação de recursos para restauração da imagem original, considerado o bem histórico de maior valor na cidade.

Com a bênção final a celebração foi encerrada e após no adro da Matriz houve uma belíssima apresentação da Lira São José. Padre Daniel avaliou a celebração como *'foi muito linda e emocionante. É preciso dizer também que o ano jubilar não se encerrou com a celebração, mas segue até dezembro fazendo memória desses 270 anos de história'*. Parabéns à Paróquia Nossa Senhora do Livramento, ao pároco, a comissão organizadora do Jubileu e aos paroquianos por tão bela celebração e pela valorização de nossa história...

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# Dr. José Cassiano Vargas

Professor, advogado, contador judicial, um dos primeiros Ministros da Eucaristia do mundo, Juiz de Paz e cidadão de bem

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Dr. José Cassiano Vargas nasceu em Piumhi em 13 de agosto de 1944. Filho de José Manoel Damasceno e de sua segunda esposa, dona Clotildes Clara Damasceno. Desse casamento teve apenas uma irmã, Virgulina Clara, bibliotecária aposentada da Escola Estadual Professor João Menezes. Pela parte paterna, Dr. José Cassiano teve mais quatro irmãos, filhos da primeira esposa de seu pai, que viera da cidade de Arcos. O casamento de José Manoel e dona Clotildes ocorreu em Piumhi em 23 de dezembro de 1939.

Dr. Cassiano passou a sua infância em Piumhi e foi alfabetizado no Grupo Escolar Dr. Avelino de Queiroz, onde lembra com carinho e saudade das professoras Dona Isa de Lima Costa, prima da mãe de Dr. Cassiano; Dona Noemi Maria Heringer, esposa do Promotor de Justiça Dr. Eduardo Heringer; Terezinha Soares Ferreira, cunhada do Dr. Oswaldo Soares Machado. Terminado o primário (anos iniciais do Ensino Fundamental) matriculou-se no Colégio Técnico e Comercial Professor João Machado onde concluiu o ginásial (anos finais do Ensino Fundamental) e o científico (atual Ensino Médio). Nessa escola cursou também Técnico em Contabilidade.

Enquanto estudava, Dr. Cassiano trabalhou em algumas casas comerciais da cidade. Em 1965 com a abertura do então Colégio Professor João Menezes exerceu a função de Inspetor de Alunos a convite do padre Alberico de Souza Santos, que na época era diretor daquela escola. Posteriormente exerceu o magistério no mesmo Colégio, lecionando para o Curso de Contabilidade. Mais tarde lecionou na Escola Estadual Professor Francisco de Paula Rebelo Horta.

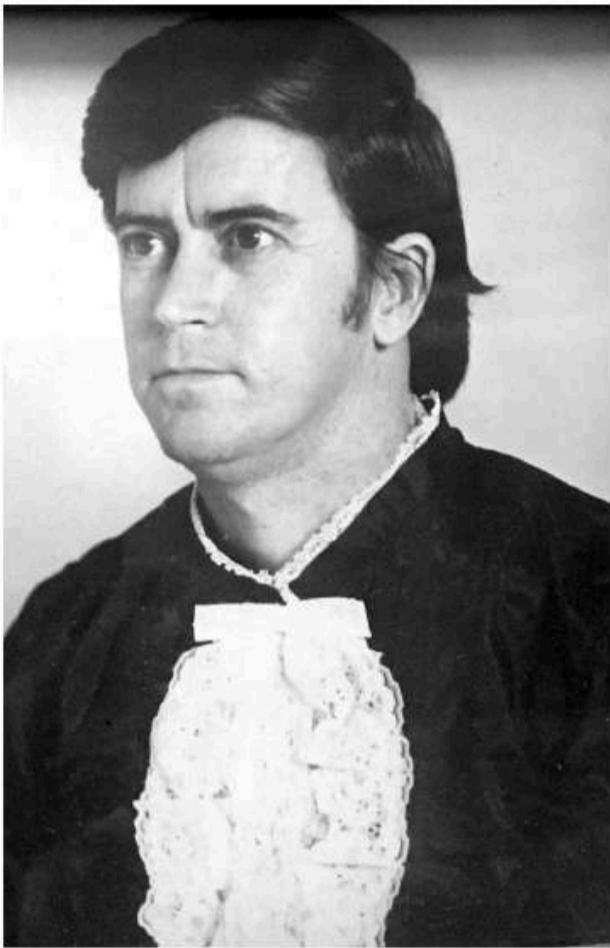
Buscando maior crescimento na vida profissional matriculou-se no curso de Direito na Faculdade de Direito do Oeste de Minas (FADOM) de Divinópolis – hoje Faculdade Pitágoras de Divinópolis (FPD), onde se bacharelou no ano de 1976. Inscreveu-se nos quadros da OAB no dia 27 de maio de 1981, sendo o primeiro advogado a receber a carteira da OAB na 77ª Subse-

ção de Piumhi), ocasião em que começou a advogar juntamente com o Dr. Tarley Garcia Leão e Dr. Josué Alves Ferreira. Exerceu o cargo de Contador e Tesoureiro Judicial na Comarca de Piumhi por muitos anos, em substituição ao saudoso José Perez. Quando se aposentou do cargo de Contador Judicial assumiu a função de Conciliador voluntário no Juizado Especial (JESP) Cível da Comarca. Atualmente continua exercendo a advocacia ao lado de seu filho Dr. João Paulo de Barros Vargas. Teve também a oportunidade de trabalhar na advocacia de com sua filha Dra. Ana Lúcia Vargas Souza, hoje afastada da advocacia por ter assumido funções no poder judiciário. Como profissional da advocacia é um pacifista, ou seja, procura resolver os conflitos de seus clientes com a parte contrária da forma mais harmoniosa possível. É cordial e respeitoso para com os colegas e não se conhece absolutamente nada que desabone a sua conduta ilibada.

Sabia que ao entrar pelas veredas do direito jamais deixaria de estudar, razão pela qual cursou pós-graduação em: Direito Processual Civil pela FADOM; Direito Público pela UEMG de Passos. Além disso, cursou Licenciatura Plena para o magistério de segundo grau nas disciplinas de Direito e Legislação, Economia e Organização Contábil pelo CEFET-MG. Tem verdadeira devoção ao conhecimento e gosta de compartilhar o que sabe com os colegas de profissão ou com quem quer que seja.

No dia 5 de julho de 1980, aos 35 anos, Dr. Cassiano se casou com Eliana Maria de Barros, natural de Piumhi, então com 23 anos, filha de Jorcelino Rodrigues de Barros e de Ana Ferreira de Barros. O casal teve três filhos legítimos: Ana Lúcia, Marcelo e João Paulo. Dr. Cassiano e Eliana completaram a família com mais dois filhos “de coração” como ele mesmo diz: Angelita e Waldren.

Professa a fé Católica Apos-



Do álbum de formatura, Dr. José Cassiano

tólica Romana e em paralelo às atividades profissionais e familiares foi membro atuante em sua Igreja. Participou do movimento de Cursilho da Cristandade. Frequentou as Conferências Vicentinas, exercendo o cargo de Presidente do Conselho Central da SSVP. Foi da turma dos primeiros Ministros da Eucaristia da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi e um dos primeiros do mundo, sendo instituído pelo Bispo de Luz, Dom Belchior Joaquim da Silva Neto, idealizador do projeto do Ministério da Eucaristia nos fins do Concílio Vaticano II. Como ministro da Eucaristia, foi o primeiro a celebrar o Culto Dominical nas comunidades rurais da paróquia, realizando, inclusive, inúmeros batizados. Foi amigo pessoal do padre Alberico de Souza Santos e de seu sucessor padre Wellington Costa. Foi Juiz de Paz por alguns anos, função que ainda exerce, eventualmente, como substituto.

Sem dúvidas, Dr. Cassiano é um homem de princípios, fé e de boa reputação, é um exemplo de pessoa. Quem tem o privilégio de conhecê-lo sabe o tamanho do seu coração e como ele não mede esforços para ajudar o próximo. Ao Dr. Cassiano, as sinceras homenagens de toda Piumhi pela passagem de seu 80º aniversário, ocorrido no último dia 13 de agosto.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# Os brasões de Piumhi

REPRODUÇÃO

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Quando se fala de Brasil a bandeira nacional é um símbolo que a representa internacionalmente. Assim também ocorre com Piumhi: o brasão de Piumhi é um interessante símbolo que o representa. Piumhi teve dois brasões, um de 1970 e outro, que se tornou oficial, de 1974. Hoje narramos a história desses dois símbolos de Piumhi.

O primeiro brasão de Piumhi foi oficializado pela lei nº 576 de 3 de setembro de 1970. A ideia de conceber um brasão que representasse partiu do Tenente Álvaro Moreira da Silva, que explicou ao então prefeito Querobino Mourão Filho a necessidade do símbolo. Álvaro havia sido fuzileiro naval e como militar tinha consciência da importância do brasão. O prefeito aderiu à ideia e autorizou que Álvaro contratasse um especialista em heráldica para a confecção da representação alegórica da cidade.

O famoso heraldista G. A. Pereira foi responsável pelo desenho do primeiro brasão. Nunca conhecemos a sua imagem, mas a lei o caracteriza de forma pormenorizada: ‘No lado esquerdo vê-se a figura de uma armadura, que foram os primeiros personagens civilizados a chegar nesta colorida amarelo com frisos pretos, campo azul celeste; lado direito, uma peneira que lembra o garimpo desde à civilização até os nossos dias, colorido com frisos pretos campo azul celeste; ao centro vê-se uma Estrela branca que significa único distrito que possui este, campo azul celeste; abaixo a esquerda a cruz que é o ponto principal na parte social de uma cidade, colorido amarelo, campo azul celeste; lado direito o ponto de destaque de uma cidade - O Ensino, que está representado por uma pena e um livro, colorido, um preto e branco, campo azul celeste; atravessando toda a extensão do Brasão de Armas o leito de um Rio, que este possui dois, sendo o São Francisco e rio Piumhi, colorido em branco e preto, abaixo vê-se a figura de um bovino, que é o ponto de desta-

que na pecuária, colorido amarelo e o campo verde; a targa branca com detalhes pretos e o nome de Piumhi e a data de sua emancipação; acima os Murais que lembra a nossa origem lusitana, colorido em preto e branco; nas laterais externas o Milho e o Abacaxi, dois artigos da agricultura que têm se destacado no Município’.

Percebemos muitos elementos que de fato representariam muito bem nosso município, o que demonstra que o heraldista estudou a história de Piumhi e pesquisou seus traços econômicos e sociais. No entanto, apesar de oficializado por uma lei municipal, o brasão nunca teve uso prático. No próprio projeto da lei, nº 14/1970 não consta o desenho ou esboço do Brasil. Acredita-se que o heraldista fez apenas a caracterização da alegoria e que não a tenha desenhado. A ausência do desenho, certamente, inviabilizou seu uso.

O sucessor de Querobino Mourão no Palácio 20 de julho foi Bossuet Costa. Este iria participar de um evento do Rotary em Uberaba e precisava levar a bandeira da cidade. Como não tinha brasão e nem bandeira, apesar da lei que existia, o prefeito procurou a artista e professora Lúcia Mesquita e encomendou uma bandeira para Piumhi. Lúcia, hoje residente no Rio de Janeiro, perguntou ao prefeito se tinha alguma sugestão, tendo como resposta: ‘sua criatividade’.

Assim em 1974, Lúcia Mesquita, desenhou aquele que se tornou o brasão oficial de Piumhi em razão da lei nº 651, em 1975, foi criado o brasão do Município, que procurou congregar os pontos relevantes da história e da economia de Piumhi. A descrição do brasão: O Brasão, com



O brasão oficial de Piumhi criado por Lúcia Mesquita

suas formas irregulares, ressalta o pensamento da nossa gente. O contorno amarelo-ouro significa ascensão dos ideais e dos valores regionais. As pedras na tonalidade cinzenta representam o cromo, a riqueza mineral inexplorada, com a proposição de grande economia despertada pela picareta cor de ouro. O fio branco representa a linha de progresso. A cara do bovino representa a pecuária em grande escala, a reserva econômica e tradicional de todos os tempos. O galho de arroz, prometendo farto suprimento, destaca os terrenos férteis e o amor ao trabalho pelos agricultores. A paisagem da Cruz do Monte, a escadaria, a Capela, o Cruzeiro, a vegetação verde azulada destaca: elo-social-amizade. Ponto turístico: comunicação, divulgação religiosa, culto de fé e esperança nas melhores realizações. Os galhos de café, a grande reserva do município, no passado e do presente-futuro, a espera de exploração destaque de intercâmbio internacional. A faixa azul-celeste representa o carinho festivo da data de emancipação 1868 do nome Piumhi e o ano de 1974 a projeção de ideias. A escrita em preto significa proposta de contínua luta pelo progresso. Essa é a história do brasão que representa nosso município, uma criação da criatividade de Lúcia Mesquita. Seria muito interessante termos o desenho do primeiro brasão para que pudéssemos compará-los visualmente...

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# No tempo dos Coronéis

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A República foi proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889. O principal líder do movimento, Marechal Deodoro da Fonseca, foi escolhido como chefe do Governo Provisório. Como não havia Câmara dos Deputados, o governo exercia seu poder autoritário através da edição de decretos-lei. O primeiro passo para uma democratização à brasileira foi a realização de uma eleição para compor a Assembleia Nacional Constituinte.

As eleições continuavam sendo realizadas dentro da Igreja Matriz, como era no tempo do Império, o que demonstra que a que a separação entre Estado e Igreja determinada por decreto ainda não era plenamente aplicado. Se em determinado município tivesse mais de uma paróquia, como era o caso de Piumhi, cada um seria uma sessão eleitoral. O município de Piumhi tinha quatro paróquias, portanto quatro sessões eleitorais: a sede do município, São Roque, Pimenta e São João Batista do Glória.

Nesse período prevaleceu a política dos coronéis. Um sistema cultural, social e eleitoral caracterizado pelo domínio das elites agrárias no poder e pelas relações de troca de favores. Nesse período destacaram também a utilização do jaguncismo como mecanismo de controle, coação e manutenção de poder. Os coronéis mandavam e desmandavam. As disputas pelo poder eram de grupos rivais. As elites locais formavam conchavos com as elites estaduais e estas com as elites nacionais, de modo que estruturavam uma base homogênea caracterizada na troca de apoio político em concessão de verbas e liberação de recursos. O sistema eleitoral da época ajudava no controle da política pelas elites: somente se alistavam eleitores aqueles que fossem alfabetizados, isso por si só, reduzia o número de eleitores de forma exponencial, pois a grande maioria da população era analfabeta; somase a isso o fato do voto ser aberto, ou seja, não era secreto, em outras palavras o eleitor dizia aos mesários receptores de voto qual era o seu candidato, tudo bem se os eleitores não comparecessem às sessões eleitorais acompanhados dos jagunços dos coronéis, os quais se portavam fortemente armados.

Com voto aberto, número reduzido de eleitores e a prática de troca de favores perpetuavam os coronéis, representantes da elite, no poder. Chamamos, historicamente, esse período de Coronelismo. Essa realidade não foi diferente em Piumhi. Na história republicana em Piumhi, tivemos diversos grupos de coronéis digladiando-se pelo poder local, mas quando se tratava de apoiar os candidatos à Presidência do Estado (atual cargo de governador) e à Presidência da República, percebe-se uma uniformização dos opositores locais em prol de uma candidatura comum.

Deste modo, a primeira eleição federal republicana é prova concreta dessa realidade. Apesar da eleição não envolver disputa de cargos municipais acabou movimentando a cidade. Ocorreu no dia 30 de maio de 1890, uma sexta-feira, sob a chefia do Tenente Coronel Joaquim César Augusto Maia, presidente da mesa receptora de votos.

O Coronel César Maia, nome de rua em Piumhi, ordenou ao mesário Belisário Rodrigues da Cunha

que fizesse a chamada dos eleitores, tendo ouvido a resposta da presença de vinte eleitores. Imagine como o alistamento eleitoral era elitista, pois naquela ocasião Piumhi contava com mais de 15 mil habitantes, o que correspondia ao um percentual irrisório da população. A eleição foi secretariada pelo farmacêutico Antônio Moreira Guimarães.

Depois dos rituais descritos, realizou-se a votação e em seguida procedeu-se com a apuração. O candidato para Presidente do Estado de Minas Gerais Afonso Augusto Moreira Penna obteve os vinte votos disponíveis em Piumhi, numa situação majoritária absoluta. O majoritário piumhiense, Afonso Penna, se viu eleito, sendo o primeiro governador de Minas Gerais escolhido pelo voto direto. Dentre suas medidas promoveu a mudança da capital mineira de Ouro Preto para a antiga Curral Del Rey e atual Belo Horizonte, embora a nova capital tenha sido inaugurada por seu sucesso Crispim Jacques Bias Fortes. Pouco depois, Afonso Penna, se viu eleito ao cargo de Presidente da República.

Para o cargo de senador, mais uma vez dois candidatos se mostraram únicos e majoritários naquela eleição: ‘Major Ananias Manoel Siqueira vinte votos; Sebastião Rodrigues Lotte e Câmara vinte votos’. Para o cargo de deputado também houve uma concentração de votos, lembrando que nessa época se votava em 2/3 dos candidatos que se necessitasse eleger: ‘Doutor Antônio Augusto Ribeiro de Almada vinte votos; Doutor Wenceslau Brás Pereira Gomes dezenove votos; Antônio Sílvio treze votos; João Luiz Alves um voto’. A concentração de votos em poucos candidatos se justifica na unidade dos coronéis locais em torno dos mesmos nomes, mantendo a hegemonia e o controle político sempre utilizado a favor de seus interesses.

Os primeiros presidentes republicanos do Brasil (os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) foram eleitos de forma indireta, ou seja, não houve participação popular na escolha de ambos. O primeiro candidato sabatinado pela pequena parcela da população que tinha o privilégio de votar foi Prudente de Moraes. A eleição que deu a Moraes o direito de governar o país por quatro anos ocorreu no primeiro dia do mês de março de 1894. Cabe registrar a participação piumhiense nesse processo.

Foi formada uma comissão, cujo presidente era eleito pelos eleitores, função que recaiu sob a responsabilidade de Francisco Maximiano Vilella e Castro que auxiliado pelo secretário, também eleito, Juvêncio Pinto Lara. Também compunham a comissão os mesários João Elias da Cunha, Manoel Joaquim da Silva Portella e José Eduardo de Almeida. Dando sequência ao processo depois demonstrar que a urna estava vazia o mesário Manoel Joaquim da Silva Portella procedeu a chamada dos eleitores. Depois de apresentarem a comissão os títulos eleitorais e sendo

ACERVO DO AUTOR



Ten. Coronel Joaquim César Augusto Maia

os mesmos aprovados, depositavam seus votos nas urnas (nesse caso os eleitores votaram nos cargos de deputado federal, senador, presidente da República e Vice-presidente). Em Piumhi houve trinta e dois votantes ‘que acudirão a chamada’.

Totalizando os votos da cidade (que compreendia o resultado das 4 paróquias) houve para o cargo de presidente da República o resultado: ‘Doutor Prudente José de Moraes Barros, cinquenta e cinco votos; Doutor Gaspar da Silveira Martins, residente no Rio Grande do Sul, dois votos; Doutor João Alfredo Correia de Oliveira, residente no Estado do Pernambuco, um voto; Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, residente em Santa Bárbara, um voto; Purnencindo Saraiva, um voto’. Para vice, cuja votação ocorria separadamente do cargo de presidente, o resultado foi mais acirrado: ‘Doutor Sabino Barroso Júnior, vinte e sete votos; Doutor Manoel Victorino Pereira, médico residente no Estado da Bahia, vinte e seis votos; Doutor Gaspar da Silveira Martins um voto; Doutor José Mariano da Silva, residente no Estado Pernambuco um voto; Doutor Ruy Barbosa um voto’. Houve dois votos brancos para presidente e vice-presidente nesta eleição.

O eleitorado piumhiense nem fez falta para Prudente de Moraes que obteve 276.583 votos contra 38.291 de seu principal competidor Afonso Pena, em uma eleição em que mais de 29 políticos que foram votados. Seu vice-presidente foi o médico Manoel Vitorino Pereira, segundo colocado nas urnas piumhienses. A eleição de Prudente marcou a chegada ao poder da oligarquia cafeeira paulista que a pouco se consolidaria na República café-com-leite.

Dessa forma, mesmo que de maneira pequena e quase insignificante os antigos piumhienses ajudavam eleger governadores e presidentes, e nós hoje também temos esse poder de maneira mais ampliada. Que cada eleitor saiba utilizar seu voto como um instrumento do benefício público e que pense quanta luta e sofrimento se passou para que esse direito se tornasse universal no Brasil. Não desperdicemos a oportunidade que a democracia nos proporciona.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

**ALTO S. FRANCISCO**  
Fundado em 19.11.1920 por José Firmino Pereira

Editado por OESTE MINEIRO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA  
CNPJ 25.884.149/0001-01, Inscrição Municipal 260/89.  
Inscrição Estadual Isenta.

Redação à rua Benedito Valadares, 125, sala 7, Centro,  
Piumhi (MG), CEP 37925-000

Direção: Paulo Firmino

Redação: José Augusto Andrade, Paulo Firmino e colaboradores diversos // Distribuição: Wellington Melo.

Impressão: Empresa Santa Marta Ltda, rua Dois de Novembro, 206,  
Centro, Passos (MG), CEP. 37900-128

E-mail: altojornal@gmail.com

**FALE COM A REDAÇÃO ▶ 3371-1278**

TABELA DE ASSINATURAS		
Assinatura	Piumhi	Fora
Anual	R\$ 170,00	R\$ 270,00
Semestral	R\$ 100,00	R\$ 170,00

CHEQUE OU DEPÓSITO PARA:  
Oeste Mineiro Empresa Jornalística Ltda  
Conta: 15.540-2  
agência: 090-5-7  
Banco do Brasil

Rua Benedito Valadares, 125 - sala 7  
(37)3371-1278  
CEP: 37925-000 - Piumhi - MG

# A crise de 1929 e o período pré-eleição de março de 1930

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Em 1929 o mundo capitalista sofreu um abalo catastrófico na economia iniciado com Quebra da Bolsa de Valores de Nova York no dia 24 de outubro de 1929. Essa crise se espalhou pelo mundo com “efeito dominó”. O Brasil não escapou ileso : os Estados Unidos, principal mercado consumidor do café brasileiro, base de nossa economia interrompeu a compra do produto e a crise iniciada nos Estados Unidos se reproduziu aqui: superprodução e subconsumo, o que diminuiu exponencialmente o preço do produto e reproduziu o colapso na economia brasileira. As consequências extrapolaram o meandro econômico e foi para a alçada política: o presidente Washington Luís, pelo acordo “Café com Leite”, firmado entre os estados de Minas Gerais e São Paulo em busca do monopólio político nacional, deveria apoiar um candidato mineiro, Antônio Carlos de Andrada, nas eleições de 1º de março de 1930. No entanto, com pena dos falidos cafeicultores paulistas, o presidente decide quebrar o pacto político e apoiar o paulista Júlio Prestes.

Antes da decisão de Washington Luís apoiar Prestes, o jornal Alto S. Francisco demonstrava franco apoio à candidatura de Antônio Carlos, anunciando-a como “voz geral da vontade popular”. Esse trabalho começou em 1928 e seguiu durante todo ano de 1929. Não havia sinal de que o conchavo político entre mineiros e paulistas ruiria em fins de 1929. Sob o título de Antônio Carlos, o Suplemento Mensal do Alto S. Francisco que circulou em janeiro de 1929 deu notas da força da política republicana: “Força é reconhecer que, no regime republicano, eminentes estadistas têm ocupado, com brilho inexecível, em Minas Gerais”. Na mesma publicação o redator defendia reformas eleitorais com a instituição do voto secreto: “O voto secreto produzirá, em Minas, talvez, os mesmos efeitos que na Argentina. Respiraremos um ambiente político mais saudável e oxigenado: o regime republicano aproximar-se-á mais do ideal dos propagandistas”.

Sobre o processo eleitoral que se avizinhava há pouco mais de um ano, o Alto S. Francisco de 27/01/1929 anunciava sob o título *Dr. Antônio Carlos: O homem que reine maiores simpatias da política do país será o candidato do dr. Washington Luís*, de onde extraiu-se os seguintes fragmentos: “Ao que se infere de informações do *O Jornal* do Rio, a grande luta política entre S. Paulo e Minas, prevista e esperada ansiosamente pelos pescadores de águas turvas, incentivada e fermentada pela imprensa que vive da discórdia não se realizará. As declarações categóricas do presidente Washington Luis ao senador Artur Bernardes, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, são de moldes a não deixar nenhuma dúvida quanto a ausência de compromissos do chefe da nação, na escolha do seu sucessor. (...). O Dr. Washington Luís, até então trancado no seu mutismo, interrogado pelo senador Artur Bernardes, declarou que careciam de fundamento os boatos de que havia assumido ou pretendido assumir o patrocínio da candidatura de Júlio Prestes. O homem que reunisse maiores simpatias da política do país seria o seu candidato”. Ocorre que os defensores da candidatura de Antônio Carlos entenderam nas palavras do presidente apoio a este, mas observasse na realidade uma posição de neutralidade, talvez por ainda ser muito cedo em relação à data da eleição. O redator na mesma edição arrematou seu texto com a seguinte máxima: “Se o presidente Washington Luís, apoiar de fato o candidato que reunir as simpatias do povo está, sem nenhuma discórdia, resolvido o problema da sucessão: será presidente da República o dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada”.

Entretanto, a postura do presidente delineou-se para o apoio de Prestes, o que ensinou a formação da Aliança Liberal em agosto de 1929, consistente em acordo político entre Minas, Rio Grande



**Os Drs. Armando Viotti de Magalhães e Abel de Moraes Belo profissionais do Direito, mas rivais na política: o primeiro apoiou Getúlio Vargas e o segundo Júlio Prestes na eleição de 1º de março de 1930**

do Sul e Paraíba, lançando a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, tendo como candidato a vice o político paraibano João Pessoa. A candidatura de Júlio Prestes foi oficializada em 12 de outubro de 1929. Era fim da *República do Café com Leite*.

No dia 1º de setembro daquele ano o Alto S. Francisco publicou um intimado sob o título *Piumhienses*, assinado pelo juiz de direito Armando Viotti de Magalhães, no qual dava notas da busca de apoio políticos em favor do candidato Getúlio Vargas: “Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a Paraíba, como é de domínio da Nação, vão levar às umas em 1º de março próximo vindouro os nomes dos egrégios republicanos: Getúlio Vargas e João Pessoa, para Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. Esses nomes que compõem a chapa da Aliança Liberal despertam em toda Nação o mais vivo entusiasmo, de molde a poderem os Estados que tomaram a iniciativa, de agitá-los como bandeira da nossa redenção política – contar com a mais completa e segum vitória nas umas”.

O juiz explicou as razões da mudança dos rumos da política nacional, mineira e piumhiense: “A Nação não tolera mais que 17 governadores de estado, sob a direção do Presidente da República, façam, à revelia do povo, o seu supremo dirigente”. Explicou também o significado do momento que estavam vivendo: “O que está em jogo, nesta hora histórica, é o próprio prestígio de Minas Gerais, na Federação. Daí a necessidade da frente única em todos os municípios do Estado, para o maior volume dos sufrágios a serem dados à chapa liberal”.

Depois de demonstrar razões e mais razões, Viotti conclamou: “Piumhienses! Constituíis um povo que se organizou em município, desde o Império, de daí para cá, pelo vosso esforço, trabalho e patriotismo, fizestes da vossa gleba um padrão de estabilidade política, econômica e financeira. Nunca negastes a vossa solidariedade política e moral aos governos deste Estado; ao contrário, sempre fostes dos primeiros a se colocarem ao lado dos poderes constituídos, um exemplo magnífico e eloquente da disciplina partidária e política que não se afrouxa e nem se quebra. Pois o que o honrado e patriótico governo atual do Estado, à frente do qual se acha essa figura histórica do ilustre Andrada, escrevendo uma página que rivaliza, ou talvez exceda a de 89, - exige de vós é a maior dedicação ao serviço da qualificação eleitoral e o esforço, ao avizinhar-se a batalha cívica de 1º de março, para que esse velho município contribua com todo contingente de votos que lhe permitem fazê-los nas as suas 40.000 almas. Viva a República! Viva o Estado de Minas Gerais! A. Viotti de Magalhães”

Nessa mesma edição de 1º de setembro de 1929, foi publicada uma notícia com o título *Pró Vargas-Pessoa*, no qual lê-se: “Domingo p. passado realizou-se no América Cinema uma reunião afim de fundar-se o Comitê Pró-Vargas-Pessoa, compareceu grande número de pessoas verificando-se a adesão de todos convidados presentes. A tarde realizou-se um *meeting* falando diversos oradores. Do jardim municipal onde se reuniu o povo, seguiu as massas pela cidade, acompanhada pela Lira São José, vivendo os próceres da Aliança Liberal. No percurso, mais de seis oradores usaram a pa-

lavra”. Por outro lado, em Piumhi também havia aqueles que defendiam a candidatura de Júlio Prestes e a postura do presidente Washington Luís. Sabe-se da existência desse grupo, embora pequeno e minoritário, em razão da publicação de um telegrama destinado ao Dr. Melo Viana no Jornal do Brasil de 8 de fevereiro de 1930: “Piumhy, 4 – Comunico a Vossa Excelência ter havido aqui uma reunião do comitê pró candidaturas nacionais, tendo sido deliberado a fundação de um jornal que já se acha em circulação. Deliberou-me também a fundação de comitês em todos os distritos. Nomes de Vossa Excelência e dos Srs. Washington Luís e Júlio Prestes calorosamente vivados. Pego designação de dia para nos receber em Belo Horizonte, devendo ir também o presidente do Comitê Saudações. a. Henrique Melo Viana Filho” (JORNAL DO BRASIL, Edição nº 34 de 08/02/1930).

Outro telegrama, enviado pelo advogado Dr. Abel de Moraes Belo ao Dr. Melo Viana manifestava apoio a Júlio Prestes “Piumhi, 30 – Tenho o prazer de comunicar reina grande entusiasmo a candidatura de Vossa Excelência neste município, assim como pelos nomes dos Drs. Júlio Prestes e Vital Soares para presidente e vice-presidente da República no próximo quadriênio. Seremos vitoriosos nos próximos pleitos. Cordiais saudações” (O PAIZ, Edição nº 16.512 04/01/1930). Este telegrama foi seguido de uma introdução que dizia: “O maior desapontamento dos próceres do P.R.M. está nas adesões que se sucedem diariamente à candidatura de Melo Viana, algumas delas de chefes locais, os mais prestigiosos eleitoralmente considerando. Já são inúmeros os chefes que se declararam pela candidatura popular, os quais, por si só representam mais de dois terços do eleitorado do município. Está neste caso o Dr. Abel de Moraes Belo, político de grande prestígio em sua zona e chefe do acatadíssimo em Piumhi, onde dispõem de um eleitorado que é quase a totalidade do município. Pois é esse elemento valioso que acaba de se manifestar pelas candidaturas de Júlio Prestes e Melo Viana, conforme o telegrama que este último recebeu”.

Dr. Abel era filho do Coronel João Lourenço Belo, razão pela qual desejava manter a ordem política reinante até então, o *Coronelismo*. Dr. Abel era também Promotor de Justiça da Comarca de Piumhi. No jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, o mesmo telegrama do Dr. Abel foi publicado sob o título “Dr. Abel Morais garante a vitória de Júlio Prestes e Melo Viana em Piumhy” (GAZETA DE NOTÍCIAS, Edição nº 003 de 04/01/1930). Após a transcrição do telegrama, o redator publicou uma nota: “O signatário deste telegrama, o advogado de grande conceito é, além disso, chefe político de largo prestígio. Sua afirmação de vitória adquire assim um caráter de certeza incontestável”.

Infelizmente no arquivo do Alto S. Francisco há uma lacuna entre 1º de setembro de 1929, edição nº 372, e 19 de janeiro de 1930, edição nº 382. Certamente nestas dez edições faltantes teríamos mais informações sobre a agitação política dos piumhienses em torno das eleições que se realizariam no primeiro dia de março de 1930, um sábado de carnaval...

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. A crise de 1929 e o período pré-eleição de março de 1930. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 29 set. 2024. Memória Política Piumhiense de 1930/1967, p. 2.

# A eleição de 1º de março de 1930

Piumhi escolheu Getúlio Vargas, mas Prestes vence numa eleição resolvida a “*bico de pena*”

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

No *Jornal do Brasil* de 28 de fevereiro de 1930 encontramos a informação de que para as eleições de 1º de março daquele ano, Piumhi tinha 3.042 eleitores inscritos e aptos ao voto. Importante destacar que esse montante era o somatório dos eleitores da sede e dos distritos: Piumhi, São Roque, Pimenta, Bocaina (Santo Hilário), Araújo (Araúna) e Perobas (Doresópolis). Para parâmetros de análise, a soma da população destes distritos, em 1922, era de 36.292 habitantes. Oito anos depois, em 1930, imagina-se que esse número tenha sofrido aumento, mesmo que de pequena ordem.

Considerando os números reais de 1922, temos que em 1930 pouco mais de 8,38% dos piumhienses tinham direito ao voto. Um número extremamente pequeno, mas que considerando a época, era um pouco acima da média e quase o dobro da média nacional de eleitores daquele ano que era 4,62% da população. É preciso lembrar que a Constituição de 1891 excluía do direito ao voto as mulheres, padres religiosos com votos de obediência, mendigos, analfabetos, soldados de baixa patente com exceção de alunos de escolas militares de ensino superior, e por fim, menores de 21 anos.

As exigências ao alistamento militar excluía do direito ao voto uma grande maioria da população brasileira. A lógica da constituição de 1891 era simples: quanto menor o número de eleitores mais fácil seria manipular os resultados das eleições. O período compreendido entre 1891 e 1930 a história brasileira denomina como *República Velha*, um período caracterizado pelas “*eleições bico de pena*”, ou seja, a pena utilizada como caneta, na época, é quem escrevia ou rasurava os resultados do processo eleitoral daquele período, portanto, os resultados não refletiam plenamente a vontade dos eleitores, mas a vontade da elite que comandava a política e as eleições naquela época. Além disso, o voto não era secreto, era proclamado em alta voz e a presença dos jagunços dos coronéis, fortemente armados, inibia a vontade pessoal do voto em favor da vontade do coronel,



**O gaúcho Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa: majoritários nas eleições piumhienses de 1º de março de 1930. Venceram em Piumhi, mas foram derrotados na somatória nacional**

que em regra sempre apontava seus candidatos.

Mas, voltando à eleição de 1930, tem-se que a edição do jornal *Alto S. Francisco* que traria o resultado daquelas eleições não foi localizada no arquivo. Diante disto, teve-se que recorrer à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nela encontramos o resultado do pleito eleitoral em Piumhi na edição nº 3.500 do *O Jornal*, diário de notícias que tinha sede no Rio de Janeiro e circulava em todo país. Os números são impressionantes: Getúlio Vargas obteve 1.247 votos, enquanto Júlio Prestes somou apenas 351. O total de votantes foi de 1.598, número bem menor do que 3.042 eleitores esperados. O jornal informava ainda que “a apuração foi feita de acordo com boletins e certidões recebidos pela Comissão Executiva do Partido Republicano”<sup>1</sup>.

Em Minas Gerais Getúlio Vargas somou 307.200 votos e Júlio Prestes obteve 46.500. O resultado geral da eleição deu vitória ao paulista Júlio Prestes com 1.091.709 votos equivalentes a 57,68% dos votos válidos, enquanto Getúlio Vargas somou 742.794 votos, 39,25%. Além de Vargas e Prestes foram votados na eleição dentre outros: Luís Carlos Prestes (48 votos), João Pessoa (18 votos), Borges de Medeiros (8 votos), Otávio Mangabeira (5 votos), Assis Brasil (4 votos), Otávio Brandão, Clarindo de Andrade, Artur Bernardes e Epitácio pessoa (2 votos cada). Nenhum desses votados obtiveram sequer um voto em Piumhi. No total 1.900.256 brasileiros votaram, tendo havido ainda 61.921 votos brancos e nulos.

A Constituição de 1891 de-

terminava também que a eleição do presidente e vice se desse de forma separada e não por composição de chapa como ocorre hoje. Desse modo, os piumhienses preferiram o candidato João Pessoa a Vital Soares. O paraibano João Pessoa obteve em Piumhi 1.253 votos e Soares somou 121. Curioso é observar que João Pessoa obteve 6 votos a mais do que o seu aliado Getúlio Vargas. Os votos nominais a vice-presidente somaram 1.374 votantes, demonstrando que, em comparação aos votos nominais para presidente, 224 eleitores deixaram de votar para vice presidente.

Os votos em branco para deputados e Senadores são ainda maiores comparando com o número de votos nominais para presidente. Os candidatos ao Senado em Piumhi foram: Olegário Maciel, o majoritário com 1.235 e Francisco Sales obteve 124 sufrágios piumhienses. Foram eleitos: Olegário Maciel e Bueno Brandão. Para deputado o resultado foi: Augusto de Lima (Partido Republicano Mineiro - PRM) 927 votos, Pinheiro Chagas (PRM) com 948, Raul de Faria (PRM) 920, Washigton Ferreira Freitas (PRM) 1.092, Noronha Sá (PRM) 924, João Lisboa (CC) 157, Márcio Constantino (CC) 295, Delfino de Souza (CC) 42 votos, Severo Mendes dos Santos Ribeiro (CC) 154 e Oscar de Castro Cunha (CC) 1 voto.

Na queda de forças políticas da cidade, vemos que Dr. Armando Viotti levou vantagem sobre o Dr. Abel de Moraes Belo, visto que os candidatos daquele acabaram sendo os vencedores da eleição em Piumhi.

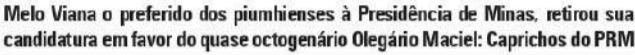
**Fale com o autor:**  
**professorluismelo@gmail.com**

Em meio à convulsão da política nacional ocorreu a última eleição para presidente de Estado da República Velha

**‘É preferível morrer na luta que recuar à chacota do adversário’**

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A publicação transcrita em quase total integridade nos traz importantes revelações sobre a fônica que gravavam em torno daquela eleição. A primeira constatação é a preocupação com a continuidade dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Sudeste de Minas que ligaria a Rede Mineira de Viação à Estrada de Ferro Mogiana passando por Piumhi. A elite política piumhiense entendia que a eleição de Maciel significaria a interrupção dos trabalhos enquanto a eleição de Melo Viana seria sua continuidade e conclusão. O segundo aspecto é que posturava política dos piumhienses estava de certa forma em sintonia com os resultados da eleição de 1º março em Piumhi, que deram maioria aos candidatos opositor ao candidato oficial do PRM: Getúlio Vargas. No entanto, Melo Viana não tinha apenas que vencer Olegário Maciel,



O jornal carioca *A Noite* explicou com maior clareza as razões que levaram Melo Viana a retirar sua candidatura à presidência de Minas: "Está agora conhecido o motivo real porque o Sr. Melo Viana retirou a sua candidatura à presidência de Minas. É ele quem diz, em telegrama dirigido à Enéias Câmara: 'porque o governo federal está desinteressado pelo pleito do dia 11'. O Sr. Melo Viana queria ser o chefe de seu Estado, por uma intervenção do centro. Não o conseguindo, abre mão das pretensões. Não fica, porém, só aí o vice-presidente da República: fazendo a sua ponte declara, no mesmo despacho, que considera extinta a solidariedade que mantinha com a Concentração Conservadora. Resta ao Sr. Melo Viana aderir ao Sr. Olegário Maciel" (*A Noite*, edição n.º 6.636 de 08/05/1930). Diante da publicação, no dia seguinte o vice-presidente da República Fernando Melo Viana

Os analistas políticos da época deram notas de que a vitória de Olegário Maciel, candidato único, tendo apoio do então presidente de Minas, Antônio Carlos de Andrade, era um prencípio da salvação do PRM e talvez da República Velha. Entretanto, na surdina a ebulição de uma revolução se organizava para mudar radicalmente o curso desta perspectiva.

Fale com o autor  
[professorluismelo@gmail.com](mailto:professorluismelo@gmail.com)

MELO, Luís Augusto Júnio. 'É preferível morrer na luta que recuar à chacota do adversário'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 13 out. 2024. Memória Política Piumhiense de 1930/1967, p. 2.

A Revolução de 1930 impediu a posse de Prestes, colocou Vargas no poder e pôs um ponto final na Era dos Coronéis

# ‘Façamos a revolução antes que o povo a faça’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A eleição ocorreu em 1º de março de 1930, mas a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, somente aconteceria em 15 de novembro de 1930, data de aniversário da Proclamação da República -- essas construções simbólicas de datas são muito interessantes e buscavam transformar data em algo, de fato, especial na história e na vida contemporânea daquele povo. Entre março e novembro, como se diz por aí “passou muita água debaixo da ponte”: foi gestado um movimento que impediria a posse do presidente eleito, João Pessoa seria assassinado e marcaria o início de uma nova página da história do Brasil com fim da “Era dos Coronéis” iniciado a “Era Vargas”.

Em 27 de maio de 1930, o Alto S. Francisco reproduziu uma notícia publicada no jornal Folha do Dia em que demonstrava a desarmonia no pensamento de Artur Bernardes e Antônio Carlos de Andrada -- dois expoentes do cenário político mineiro. Bernardes era “a única força de resistência que defende o Partido Republicano Mineiro (PRM) do esboroamento total. Contra seus hábitos, o senador de Viçosa está fazendo papel de galo de bassecour. Enristou a crista e afiou os esporões” (ALTO S. FRANCISCO: 27/04/1930). No seu posicionamento político, Bernardes teria dito: ‘ou tudo ou nada” (ALTO S. FRANCISCO: 27/04/1930).

A expressão francesa “bassecour” pode ser traduzida como curral, ou seja, Artur Bernardes agia como chefe do curral eleitoral mineiro e apostava suas fichas no salvamento da política dos Coronéis, predominante na República Velha. Na publicação o autor da crônica continuou: “esses destroços do PRM, que o senhor Bernardes se abstinha em salvar, são considerados pelo Estado de Minas nulidades, ‘políticos profissionais’, cuja inclusão ou exclusão da bancada mineira ao Congresso Federal não interessa à nação” (ALTO S. FRANCISCO: 27/04/1930).

Em sentido contrário à Bernardes, seguia Antônio Carlos de Andrada, responsável pela autoria da famosa frase “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Curioso essa frase ganhar tônica em fins de abril, sabendo que a Revolução de 1930 somente estourou de fato em ou-



A antiga rua União, hoje Getúlio Vargas, primeiras décadas do século passado

tubro daquele ano. A publicação deste artigo nos dá claras notas de que a Revolução de 1930 já estava em curso de gestação desde os fins de abril, senão desde a publicação dos próprios resultados das eleições de 1º de março.

Sobre as eleições de 1º de março de 1930, o jornal Gazeta de Notícias publicou em letras garrafais: “Diz o sr. Antônio Carlos que o pleito em Minas correu com ‘liberdade e pureza’. Francamente, se o atual presidente de Minas não existisse, como haveria de saber-se até onde poderia chegar o limite da... displicência humana” (GAZETA DE NOTÍCIAS: 14/03/1930).

O candidato a vice-presidente João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930 por João Dantas em razão de questões pessoais. A morte de João Pessoa é considerada o estopim da “Revolução de 1930” e seu sangue foi fermento do movimento, passando a ser reconhecido como mártir da república brasileira.

Eduardo Souto e Osvaldo Santiago compuseram um hino em memória a João Pessoa. A letra dizia: “Lá do Norte, um herói altaneiro,/ Que da pátria o amor conquistou, / Foi um vivo farol que ligeiro / Acendeu e depois se apagou./ João Pessoa, João Pessoa, / Bravo filho do sertão!/ Toda a pátria espera um dia/ A sua ressurreição./ João Pessoa, João Pessoa,/ O seu corpo varonil / Vive ainda, vive ainda/ No coração do Brasil. / Como um cedro que tomba na mata,/ Sob o raio que em cheio o feriu,/ Assim ele ante a fúria insensata/ De um feroz inimigo caiu. / João Pessoa, João Pessoa, / Bravo filho do sertão!/ Toda a pátria espera um dia / A sua ressurreição./ João Pessoa, João Pessoa, / O seu corpo varonil/ Vive ainda, vive ainda / No coração do Brasil. / Paraíba, ó rincão pequenino,/ Como grande esse homem se fez!/ Hoje em

ti cabe todo o destino./ Todo o orgulho da nossa altivez”.

O Hino permaneceu na memória de duas piumhienses: Bolívia Mourão e Hebe Bruno, as quais mais de setenta anos depois recitaram o refrão como se o tivessem ouvido recentemente. Em entrevista ao autor destas linhas, Dona Hebe, hoje de saudosa memória, acrescentou: “Ao ouvir àquela cantiga via uma multidão subindo a antiga Rua da União, curiosamente hoje rua Getúlio Vargas. Não sabia que se tratava do hino da revolução, só sei que nunca esqueci dessa musiquinha”. A multidão vista por Dona Hebe contava algumas dezenas de pessoas que manifestavam seu apoio e sua alegria por verem Vargas subir ao poder pela Revolução de 1930. Esta seria a primeira reação piumhiense frente à mudança na política nacional, entretanto restava saber o que essas mudanças trariam de novidade para a nossa Piumhi.

Com apoio popular gigantesco, Getúlio Vargas se fez líder da Revolução. Diante de uma iminente possibilidade de guerra civil fez, as Forças Armadas do Brasil, sob a liderança do Marechal Eurico Gaspar Dutra, depuseram o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, entregando o poder de forma PROVISÓRIA nas mãos do líder da Revolução: o candidato derrotado. A missão do governo provisório era realizar novas eleições sem fraudes, mas no poder, os planos de Vargas eram outros.

O jornal Alto S. Francisco não trouxe muitas informações sobre a “Revolução de 1930”, mas depois de sua consolidação no poder alguns cronistas e editoriais manifestavam sua opinião de apoio ao Governo Provisório.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# Getúlio Vargas no poder e os novos rumos da política

O importante desta nova configuração política do país é a neutralização do poder político e eleitoral dos coronéis que antes comandavam a chamada República Velha

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A Revolução de 1930 colocou Getúlio Vargas no poder, mesmo tendo perdido as eleições de março daquele ano. É certo que houve clamor popular, mas o sucesso da revolução não foi ditado pela vontade do povo, mas pelo apoio recebido dos Militares, de modo especial do General Eurico Gaspar Dutra. A missão de Vargas era simples: realizar novas e imparciais eleições. Inteligente, como só, Vargas afirmava que era impossível realizar eleições imparciais e justas com o antigo sistema eleitoral, razão pela qual conseguiu apoio para dissolver a constituição de 1891 e o Poder Legislativo.

Diante disso, Vargas reinava soberano na “República dos Estados Unidos do Brasil”, passando a governar por meio de decretos-lei, isto é, emitidos pelo Executivo com força de lei. O poder Legislativo também foi extinto nos estados e municípios. Para governar os estados foi criado o cargo de Interventor nomeado diretamente pelo Presidente do Brasil. Olegário Maciel continuou governando Minas Gerais, entrando para história como o único governador eleito em 1930 mantido no poder após a Revolução de 1930. Permaneceu no cargo até sua morte ocorrida em 5 de setembro de 1933, aos 77 anos de idade. Foi sucedido provisoriamente por Gustavo Capaneza que ficou no cargo até 15 de dezembro de 1933, quando assumiu Benedito Valadares Ribeiro.

Para governar os municípios foi criado o cargo de Prefeito, os quais eram nomeados diretamente pelos Interventores. Até então governavam as cidades os presidentes das Câmaras Municipais. Observe que o reflexo do autoritarismo em nível nacional exercido por Vargas era reproduzido em todos os municípios do país, pois os Interventores e prefeitos também governavam por meio de decretos-lei. Os militares consentiram a implantação deste novo sistema em razão de muitos deles terem sido nomeados para os cargos. O importante desta nova configuração política do país é a neutralização do poder político e eleitoral dos coronéis que antes comandavam a chamada “República Velha”.

Foi publicado em O Jornal do Rio de Janeiro que o Presidente de Minas Gerais (atual cargo de governador) Olegário Maciel nomeou o Dr. João Alberto da Fonseca para o cargo de prefeito de Piumhi em 12 de dezembro de 1930.

Dr. João Alberto da Fonseca era natural de Belo Horizonte, onde nasceu em 24 de novembro de 1894, filho do Comendador José Antônio da Fonseca e de dona Emília Moreira da Fonseca. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Estado

de Minas Gerais, hoje UFMG, em 1918. Casou-se com dona Francisca Beltrão Diniz Fonseca, com quem teve quatro filhos: Maria da Fonseca, Pedro Augusto da Fonseca (falecido quando criança), Luiz Carlos Fonseca e Victor Hugo da Fonseca. Exerceu a função de Delegado de Polícia em Cambuquira em 1923.

Foi prefeito de Piumhi entre 1930 e 1934 e de Ituiutaba em 1935 e depois novamente em 1936, quando desta última nomeação, o redator do

Jornal Lavoura e Comércio anotou: *“Espírito liberal por índole, saberá naturalmente presidir as próximas eleições de Ituiutaba como magistrado. Entregar as rédeas do município, nas proximidades da luta eleitoral, ao espírito como o de João Alberto é garantir de antemão a ausência de pressão oficial no pleito”*. A citação é interessante e muito mais que um elogio à pessoa do Dr. João Alberto demonstrava uma esperança no novo sistema político implantado por Vargas que neutralizou de forma definitiva o controle eleitoral antes exercido pelos coronéis.

De Ituiutaba, Dr. João Alberto, voltou para Belo Horizonte, onde por muito tempo exerceu a função de Delegado Regional da 3ª Circunscrição com sede em Belo Horizonte. Faleceu na capital mineira em 20 de abril de 1954, sendo sepultado no Cemitério do Bonfim.

No Alto S. Francisco de 26 de novembro de 1931, sob a epígrafe Novos Rumos, Tales Marcondes fez uso de palavras apoiando a iniciativa varguista. Em seu entendimento a República brasileira teria nascido como uma forma de sufocar o despotismo da monarquia, entretanto *“quão nefastos foram os efeitos da moralidade, de sinceridade e respeito de governos incapazes de sobrepor às suas paixões e aos seus interesses pessoais os interesses da coletividade (...) O voto foi sempre o meio pacífico de que dispôs o cidadão para exprimir sua vontade. Mas sonegaram-no! – diziam os descontentes. É verdade, e uma dura verdade; si, todavia, se o cidadão não cumpria esse dever, não ficavam aos governos nem sequer o trabalho de fazer adulterar os resultados das eleições. A cada cidadão consciente, pois, cumpria usar de tal direito, ainda que na certeza de que não seria respeitado”*. Ainda no princípio do governo de Vargas, Marcondes faz uma leitura de esperança devido ao contexto histórico do qual vivia: *“É tempo, parece, de se despertar, da apatia em que vive, uma boa parte de cidadãos conscien-*



João Alberto da Fonseca, bacharel em Direito nomeado prefeito de Piumhi em 1930

*tes que até agora tem vivido em lamentável alheamento a todas as questões de interesse nacional. Constrange deverás verificar-se esse aspecto desolador da vida de um país novo (...). Tratemos, então de nos educar por meio de larga agitação dos interesses gerais, por meio de estudo e discussão das questões que interessam a todos nós”*.

Taxativo, o autor, convida abertamente seus leitores: *“Filie-mo-nos a um grande partido que chamareis, se quiserdes, de Partido Revolucionário Nacional, e militemos nele, sem ódios, sem dissensões, pela grande causa da nacionalidade. Saíamos do regime da fraude, da desmoralização, da indiferença, do escárnio, para o ambiente das ideias arrojadas e nobres, da confiança e do patriotismo são”*. Arremata o artigo registrando que seus contemporâneos deveriam estar constantemente *“procurando despertar a confiança em nós mesmos, na República que renasce, no Brasil que ressurge na nacionalidade que inicia o caminhar triunfante”*. A mesma esperança evidenciada por Marcondes era visualizada por milhares de brasileiros.

Sob artigo intitulado Governo do Município, publicado em 31 de janeiro de 1932 pelo Alto S. Francisco Pedrosa Recife manifesta seu apoio ao governo revolucionário e consequentemente ao intendente nomeado para governar nossa cidade, como se pode ler: *“Em Minas, a austeridade moral do ‘velho’ na dosagem de ponderação e que o encorajam – rumou a nau do Estado para o mar da bonança. Está, pois, assinalado o início dos tempos em que não mais prevalecem o protecionismo político, a preterição dos capazes, selecionando os valores e premiados expoentes”* (Alto S. Francisco de 31 de janeiro de 1932).

Entretanto, os elogios ao autoritarismo de Vargas existiam apesar da censura.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Getúlio Vargas no poder e os novos rumos da política.

Alto S. Francisco. Piumhi, ano 103, 27 out. 2024. Memória Política Piumhiense, p. 2.

# O Código Eleitoral de 1932 e os novos eleitores piumhienses Álvaro Arantes; o primeiro eleitor. A primeira eleitora; Amélia Guimarães

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Como se viu parte da população apoiava Vargas, principalmente por causa de seus discursos eloquentes e de suas medidas populistas. No entanto, esse pensamento não era uma voz universal, pois o capitalismo internacional se opunha ao nacionalismo econômico adotado pelo presidente, a elite intelectual ansiava por democracia e via no governo um antagonismo de seus projetos. É bom lembrar que Vargas assumiu a missão de realizar novas eleições, num governo provisório, que na verdade já seguia pelo seu segundo ano sem eleições.

O presidente justificava a demora na realização de uma nova eleição no fato de que se fazia necessário a edição de um Código Eleitoral para impedir que o novo pleito tivesse os mesmos vícios da eleição de março de 1930: fraudes e outros tipos de abuso. Para a elaboração do referido Código, Vargas criou uma Comissão, pouco após assumir o governo provisório e a advertiu de duas coisas: era preciso moralizar o sistema eleitoral e que não precisava muita pressa para concluir o projeto.

Depois de muitas reuniões e discussões o texto foi aprovado e o primeiro Código Eleitoral do Brasil foi instituído pelo Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Importantes avanços foram verificados na nova legislação eleitoral: criação da Justiça Eleitoral que seria responsável pelo alistamento dos eleitores, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação (diplomação) dos eleitos; instituição do voto secreto e do voto feminino; fazia referência aos partidos políticos e instituiu crimes eleitorais. De modo geral,



Dr. Francisco de Paula Rebelo Horta, primeiro Juiz Eleitoral da Comarca de Piumhi e Álvaro Arantes, primeiro eleitor pelo alistamento de 1932



o Código Eleitoral de 1932 foi uma conquista político-social muito importante para o país.

Em Piumhi, coube ao Juiz de Direito da Comarca, a função de Juiz Eleitoral, que na ocasião era o Dr. Francisco de Paula Rebelo Horta fez publicar no ALTO S. FRANCISCO de 13 de novembro de 1932 um edital convocando as autoridades a enviarem ao Juízo as listas dos cidadãos alistáveis *ex-officio* e que estava aberto o prazo para o alistamento, sendo o expediente do serviço eleitoral das 9 às 17 horas, sendo que os requerimentos de alistamento deveriam ser entregues das 12 às 14 horas, *“servindo as demais para a identificação e outros afazeres”*.

Da introdução de um texto que reproduziu alguns artigos do Código Eleitoral no ALTO S. FRANCISCO de 20 de setembro de 1932, pinçamos dois parágrafos interessante: *“Neste novo estado de coisas, com a lei que abre a urna à mulher e procura resguardar a liberdade do voto, parece que tomaremos novo rumo. (...) Resta que a nova lei eleitoral não tenha sido feita*

*apenas para ser burlada”*.

No ALTO S. FRANCISCO de 4 de dezembro de 1932 o Juiz Eleitoral Dr. Horta por seu escrivão Fidélis Vasconcelos Filho divulga uma lista de 131 eleitores que tiveram o registro de eleitores deferidos no dia 2. Os 15 primeiros cidadãos que tiveram título eleitoral deferidos foram: Álvaro Arantes, Clodomiro Clóvis da Cunha, Heli Barcelos, Gustavo Sanches, José C. Augusto de Mendonça, Fidélis de Vasconcelos Filho, Francisco Alves do Couto, David Satumino de Lima, João Valeriano, Ludgero da Costa Lima, Dr. Oscar Soares Machado, João Batista Sanchez, Coriolano de Paula Alvim, D. Amélia Alves Guimarães, Dr. José Domingues de Assis Rocha. A lista estava disposta em ordem aleatória e não alfabética, o que demonstra a ordem de deferimento do alistamento. Posteriormente e outras edições, novas listas foram sendo publicadas, conforme os requerimentos eram deferidos.

Fale com o autor:  
[professorluismelo@gmail.com](mailto:professorluismelo@gmail.com)

D<sup>a</sup> Amélia Guimarães, a primeira piumhiense com direito ao voto

# Pioneira, ‘dona’ do título nº 14 deferido pela Justiça em 1932

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O alistamento eleitoral fazia parte do próprio Código Eleitoral de 1932. Após sua publicação pelo governo federal, o jornal Alto S. Francisco publicou alguns fragmentos do famoso Código para que os piumhienses tomassem ciência de sua existência. Na edição de 20 de setembro de 1932, pinçamos dois parágrafos interessantes: *“Neste novo estado de coisas, com a lei que abre a urna à mulher e procura resguardar a liberdade do voto, parece que tomaremos novo rumo. (...) Resta que a nova lei eleitoral não tenha sido feita apenas para ser burlada”*.

Convocado pelo juiz eleitoral Dr. Francisco de Paula Rebelo Horta o alistamento teve início em 4 de dezembro de 1932. A primeira lista de eleitores deferidos continha 131 nomes, dentre os quais chamamos a atenção o título de nº 14, conferido a Dona Amélia Alves Guimarães. Ela era a única mulher inclusa nesta lista inicial, que estava disposta em ordem aleatória e não alfabética. Dessa forma, ela se tornava a primeira eleitora piumhiense. Aí vem a dúvida: quem teria sido essa mulher que foi a primeira dentre tantas outras piumhienses a conquistar o direito ao voto?

Dona Amélia Alves Guimarães foi pessoa guerreira e batalhadora que representou a primeira mulher de Piumhi a conseguir o deferimento do título eleitoral. Dona Amélia nasceu em Piumhi, em 26 de fevereiro de 1897, sendo filha do Coronel Francisco Alves do Couto (Chico Alves) e de dona Sabina Augusta Alves. Foi batizada na Matriz de Piumhi pelo Vigário José Florêncio Rodrigues em 26 de março de 1897, tendo como padrinhos Florentino Alves do Couto e Dona Amélia Ambrosina Gui-

marães que no futuro seria a sua sogra. Passou a sua infância na companhia de seus pais e ao lado dos irmãos, dentre os quais Clóvis Couto, ex-prefeito de Piumhi e político ferrenho da UDN, dono de uma oratória inigualável na história piumhiense. Ainda pequena, foi matriculada na Escola Santo Antônio, de propriedade de Dona

Elídia Almada (Dona Lidinha), tendo como professora a dona Emília Almada, filha da proprietária daquele educandário.

O tempo passou e Dona Amélia decidiu constituir a sua própria família. O casamento foi marcado para as 5 horas da tarde de 1º de abril de 1918. O noivo era Alberto Moreira Guimarães, nascido em Piumhi em 9 de setembro de 1895, na ocasião com 22 anos de idade, filho de Antônio Moreira Guimarães e de dona Amélia Ambrosina Guimarães -- membro de destacada família piumhiense. O casamento se realizou na residência da noiva, mediante autorização do bispo, tendo como assistente o padre Mário da Silveira e testemunhas Clóvis Alves do Couto e Juventino Moreira Guimarães, respectivamente irmão da noiva e do noivo. O casal teve duas filhas: Iná Guimarães Camarano, nascida em 30 de junho de 1927, casada com o Dr. Anielo Camarano e pais de 8 filhos e; Wanda Guimarães, nascida em 19 de outubro de 1929.

Dona Amélia cursou apenas o primário, mas era dona de uma caligrafia impecável e perfeita, bem como portadora de alto grau de interpretação e apurado senso crítico desenvolvidos pelo hábito da leitura e capacidade autodidata. Com esses adjetivos, ainda jovem foi contratada pelo tabelião Álvaro



Única mulher incluída na lista inicial de eleitores em 1932: D<sup>a</sup> Amélia Guimarães

Arantes Machado para a redação das escrituras do Cartório do 2º Tabelionato de Notas de Piumhi. Exerceu essa função por muitos anos e só a deixou quando surgiu a oportunidade de assumir o seu próprio Cartório. Mudou-se para a cidade de Mariana, onde passou a ser responsável pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais daquela cidade. Cumpre registrar que Mariana é a mais antiga cidade de Minas Gerais. Para suprir a vaga deixada por Dona Amélia no Cartório de Piumhi, assumiu a sua antiga função o senhor Raul da Costa Lima.

Após muitos anos em Mariana, Dona Amélia se aposentou e se mudou para Belo Horizonte, onde viveu o resto de sua vida, sempre na companhia de suas duas filhas e dos netos. Após 15 dias de viuvez, dona Amélia falece em Belo Horizonte em 20 de fevereiro de 1983. A morte da primeira eleitora piumhiense repercutiu tristemente na sua cidade natal, principalmente entre os parentes e amigos que aqui ficaram.

Dessa forma, o nome de Dona Amélia Alves Guimarães foi inscrito com letras garrafais na memória política piumhiense como a primeira mulher a ter o direito ao voto em Piumhi.

Fale com o autor:  
[professorluismelo@gmail.com](mailto:professorluismelo@gmail.com)

Contra uma revolução nada melhor que uma ‘contrarrevolução’

# Um piumhiense abatido no ‘front’ de batalha pela constitucionalidade

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A contínua permanência de Vargas no poder e a inexistência de uma constituição que desse ao país um regime democrático de Direito, provocavam revoltas em todo país, principalmente entre paulistas que consideravam o Governo Provisório ilegítimo por não ter sido eleito pelo voto popular. Os paulistas pensaram: se Vargas entrou por uma revolução, haveria de sair por outra revolução.

A contrarrevolução paulista ficou conhecida historicamente como Revolução Constitucionalista de 1932 ou Revolução de 1932. Além de tirano Vargas era *pirracent*o, qualidade facilmente visualizada na nomeação de Interventor não paulista para o Estado de São Paulo. Os paulistas se revoltaram contra Vargas e exigiam: uma constituição, nomeação de um interventor paulista e eleições presidenciais. Na verdade, eles queriam tirar *uma desforra* por Júlio Prestes não ter assumido o governo que eles consideravam legítimo.

Patrocinados pela elite burguesa, os paulistas montaram um exército para dismantelar o governo Vargas e alcançar seus objetivos. Até as mulheres foram envolvidas no conflito, sendo convocadas para costurarem uniformes para a revolução. Sob a bandeira *MMDC*, iniciais dos nomes de quatro estudantes mortos pela polícia em uma manifestação estudantil (Martin, Miragaia, Dráuzio e Camargo) os paulistas formaram seus batalhões para o eminente combate. Os paulistas pleiteavam o apoio dos outros estados, inclusive o de Minas Gerais, mas este não ocorreu da forma em que se esperavam.

O Alto S. Francisco registrou, certamente a pedido do prefeito municipal, a fim de evitar que se contam pela cidade falsos boatos sobre a revolução constitucionalista, as seguintes palavras: *“Como já é do domínio público, deu-se no dia 9 do corrente a insurreição em S. Paulo rebelando-se a polícia estadual e força do exército, lá aquarteladas contra o Governo Provisório. A rebelião continua limitada àquele Estado. Ciente do ocorrido, o Chefe do Governo Provisório, tomou todas as providências tendentes a sufocar sem demora o levante”*. Todos os Interventores apoiaram o Governo, pois eles eram parte dele, inclusive nosso estado conforme se pode ler: *“Minas, pela palavra do seu venerando chefe-presidente Olegário Maciel -- ocupou lugar de honra, na espontaneidade de sua declaração de solidariedade irrestrita ao Chefe do Governo Provisório, assim como na presteza da movimentação de sua milícia que precedeu às dos demais estados na chegada às posições de combate”*.

O texto também reflete particularidades da ação contrarrevolucionária: *“Os rebeldes paulistas, em hostes aguerridas, ocuparam, no sul de Minas – zona fronteira com São Paulo – as cidades de Muzambinho, Guaxupé, e Passa Quatro, de onde já foram rechaçadas pelas valorosas forças mineiras, depois de renhidas lutas. (...) Nestes últimos dias os rebeldes têm sido batidos e dizimados em todos os combates feridos”*. Diante da situação: *“Pium-i não ficou indiferente ao espontâneo e entusiástico movimento de solidariedade do povo mineiro para com seu venerando Presidente Dr. Olegário Maciel, no sentido de prestigiá-lo perante o Governo Federal. O vibrante Manifesto dirigido pelo probo e esforçado prefeito municipal, aos patriotas piumhienses, foi acolhido com entusiasmo geral, provocando francas adesões. O primeiro contingente de voluntários piumhienses já se acha na Capital mineira estando outra em organização e à espera de ordens para seguir*.

*Ao ter ciência desta demonstração de patriótica solidariedade do nosso município para com o benemérito Governo mineiro, neste momento gerais apreensões, o digno Secretário do Interior -- Gustavo Capanema -- passou ao dr. Prefeito Municipal, o seguinte telegrama: Prefeito João Alberto Fonseca, Pium-i – Agradeço co-*

*municação vosso telegrama 20 deste sobre remessa de primeiro contingente e sobre voluntários e sobre calma em que se encontra município. Saudações. Gustavo Capanema”*.

Em outra oportunidade o próprio Olegário Maciel manifestou sua gratidão ao Prefeito de Piumhi pelo apoio: *“Estou certo de que a vossa colaboração há de ser decisiva na manutenção da ordem dentro do Estado, bem como da vitória nossa força contra lamentável movimento sedicioso rebentado em S. Paulo. Cordiais Saudações. Olegário Maciel – Presidente do Estado”* (Alto S. Francisco, Nº. 489, de 27 de julho de 1932).

## MORTO EM COMBATE

O contingente piumhiense que engrossou as fileiras de defesa de Getúlio Vargas é para nossa história uma incógnita, uma vez que o **ALTO** não registrou os nomes dos voluntários.

Entretanto, outros decidiram se alistar em favor dos paulistas, foi o jovem Walter de Freitas, terceiro filho do casal Sérgio Victor de Freitas e Celiza Faria de Freitas. Nascido em Piumhi, *“em dias do mês de outubro de mil novecentos e quatro”*, conforme aponta seu registro de batismo. Era irmão de Stelita de Freitas Pereira (Mãe do Alto). Seus pais residiam numa casa na praça Dr. Avelino de Queiroz, na época um amontoado de poeira, que às vezes era cortado pelos carros de bois e dos poucos automóveis que existiam na cidade. Em meio aos outros quatro irmãos Walter foi educado. Seu pai, um autodidata, de tudo fazia para sustentar a família numa época onde a crise era reinante: era avalista, corretor, rábula e até nas artes da medicina charlatã o velho Sérgio se aventurou. Contam que em dias do ano de 1908, Sérgio foi solicitado para atender uma enferma em uma fazenda da região, sendo nessa ocasião vítima de uma emboscada. Tendo o patriarca, que também ostentava o título de Alferes da Guarda Nacional, falecido no dia 11 de outubro de 1908, Dona Celiza sobrou com a missão de continuar a educação dos quatro filhos, que na época ainda eram pequenos e de uma que ainda estava para nascer (Sergita) -- venceu, com custo ofereceu todos em casamentos, exceto Walter, que contra sua vontade seguiu para a guerra constitucionalista em 1932.

Ouvindo os apelos de sua consciência, Walter sentiu tentado a servir o país em favor dos paulistas. Partiu para sua missão: defendeu o estado de São Paulo em nome da constitucionalização. Nesta ocasião ele contava com seus vinte e oito anos de idade, e vislumbrava à sua frente um ideal de liberdade que as alterosas piumhienses não poderiam lhe proporcionar. E assim ele se foi, deixou Dona Celiza na fé e na esperança de um dia revê-lo. Dona Lúcia Pereira disse lembrar-se do Walter *“vestido de farda dentro do caminhão, dando tchau para todo mundo. Ele pegou a capa da farda, deu uma volta com ela e a jogou para trás por sobre os ombros -- é uma imagem que eu nunca vou esquecer”*.

## UM HERÓI ESQUECIDO



Walter de Freitas, morto em combate na defesa de um Brasil Constitucional; um herói sem medalha

O tempo passava e um dia o nobre soldado piumhiense escreveu uma carta à sua mãe. A carta, que hoje se encontra desaparecida, naquela época representava uma esperança de que dia Dona Celiza tomaria a ver o filho.

A guerra continuava: São Paulo resiste, praticamente sozinho, mas seguia resistindo. Os mineiros avançam pela região dominada pelos paulistas, e na *passagem da Mantiqueira* (divisa dos estados de Minas e São Paulo) é travado um duro combate. O mesmo se repetia em diversos pontos da divisa entre os dois estados e entre São Paulo e Paraná.

Walter é dado como desaparecido: não se tem notícias, mas seu corpo não foi encontrado -- dúvidas e incertezas inquietavam a família. Uma premonição tida em sonho pelo jornalista e fundador do **ALTO**, José Firmino Pereira, antecipa aquilo que poucos instantes seria notícia: o jovem Walter morre em combate na cidade paulista de Altinópolis.

O velho Firpe estava no quarto lendo um livro, quando viu junto à porta de seus aposentos o Walter sujo de sangue e lama, e ainda no calor da madrugada, disse a sua amada companheira *“Arrume as malas, vamos para Bambuí, Dona Celiza vai precisar de nós. O Walter morreu. Mamãe disse: Como você sabe? Eu vi ele junto a porta do quarto estava sujo de sangue e lama. Lembro disso como se tivesse acontecido ontem”*, disse Lúcia Pereira testemunha ocular desta passagem. Tomou a decisão de ir à Bambuí, onde morava dona Celiza antes mesmo da confirmação da baixa do soldado telegrafista. Durante a viagem o que era incerto foi confirmado: coube ao casal dar a notícia à matriarca da família. Diante da situação, dona Celiza, na condição de mãe não se conteve: chorou amargamente a perda do filho.

Creia ou não na premonição o fato é que a vida do piumhiense Walter de Freitas foi ceifada em nome de um ideal. Acredita-se que ele, seja o único, senão um dos únicos piumhienses que morreram em combate. Certo tempo depois Dona Celiza foi convocada para uma solenidade ocorrida no Rio de Janeiro a fim de se homenagear os mortos em combate na Revolução Constitucionalista de 1932 -- recebeu em nome de Walter honrarias e indenização, a qual fez questão de doar aos pobres piumhienses. Assim esse jovem entraria para o panteão dos heróis nacionais, mas aqui, na sua terra não passa de um desconhecido, um herói sem medalha, não há sequer uma rua em homenagem ao mártir da Revolução Constitucionalista de 1932.

Embora derrotados os paulistas alcançaram seus objetivos: foi nomeado um interventor paulista, porém da confiança de Vargas; dois anos depois foi elaborada a sonhada constituição; e foram realizadas eleições para presidente, porém indiretas como determinava a constituição, na qual o próprio Vargas foi eleito -- eleição que os paulistas tiveram que *engolir* como legítima.

O Alto S. Francisco não noticiou a morte de Walter de Freitas em decorrência da censura.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Um piumhiense abatido no ‘front’ de batalha pela constitucionalidade. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 17 nov. 2024. Memória Política Piumhiense, p. 2.

# Eleição de 3 de maio de 1933: em busca de uma Constituição

‘O eleitor não tremerá mais ante o olhar perscrutador do coronel à boca da urna, nem tão pouco o usuário chefe político poderá exigir o seu voto por lhe ter emprestado míseros mil réis a juros exorbitantes’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ALTO ARQUIVO

O Código Eleitoral de 1932 já sinalizava o caminho da redemocratização do país. A Revolução de 1932 acelerou esse processo. O presidente, chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas anunciou as eleições para composição de Assembleia Nacional Constituinte. Esse foi o primeiro passo concreto para a redemocratização do país. Aos poucos o governo foi editando decretos que regulamentariam as eleições parlamentares. Seriam eleitos 214 deputados pelo voto popular e 40 representantes clas-

sistas. A eleição para escolha dos deputados que comporiam as 214 cadeiras da Assembleia Nacional Constituinte ocorreu no dia 3 de maio de 1933 em todo país. Minas Gerais teve direito de eleger 31 deputados e a disputa se acirrou entre o Partido Progressista Mineiro (PPM) ligado ao interventor Benedito Valadares e o antigo Partido Republicano Mineiro (PRM) cujos elementos eram os renascentes das antigas oligarquias que imperavam no período da República Velha e do Coronelismo.

Em Piumhi as eleições foram comandadas pelo Juiz de Direito Dr. Francisco de Paula Rebelo Horta, o mesmo que coordenou o alistamento eleitoral de pouco mais dois mil eleitores. A cidade seria dividida em 4 seções com sede no Fórum, presidida pelo Dr. José Domingos de Assis Rocha, juiz Municipal; no edifício da Prefeitura, presidida pelo Dr. Vicente Soares Ferreira, médico; na Escola Normal, presidida pelo Dr. José Timóteo Filho, médico; no Grupo Escolar, presidida pelo Dr. Oscar Soares Machado, Promotor de Justiça. Nos distritos as seções seriam em suas respectivas escolas, com os presidentes, na Pimenta: Manoel da Costa Pereira, fazendeiro; Perobas: Benedito Lasmar, agrimensor; Santo Hilário: Sebastião Coutinho, comerciante; São Roque: Mário Antenor Alvim, farmacêutico (ALTO SÃO FRANCISCO. Ano XIII, edição nº 520 de 09/04/1933).

A edição do Alto S. Francisco em que traria o resultado das eleições seria a de nº 522 que, infelizmente não foi encontrada no arquivo. Não sabemos, portanto, em quais candidatos a deputado os piumhienses votaram. No estado, com as apurações bem adiantadas e com previsão para término no dia 15 de junho, os resultados eram: Partido Progressista Mineiro (PPM) somando 55.441 e Partido Republicano Mineiro



O antigo Fórum da Comarca de Piumhi na esquina das hoje praças Dr. Avelino de Queiroz/Álvaro Moreira da Silva e rua Arthur Rodrigues da Costa

obtendo 14.950 votos. Os deputados mais votados até então foram do PPM: Virgílio de Melo Franco com 4.945 votos, Bias Fortes com 4.865 e Antônio Carlos com 4.316. Do PRM os candidatos mais votados foram Eugênio Pirajá com 1.951 votos, Waldemar Pequeno com 1.768 e Ovídio de Andrade com 1.212 (JORNAL DO COMÉRCIO. Ano 106, edição nº 129 de 02/06/1933). Destacamos que este não foi o resultado final, pois havia considerável número de votos para serem apurados.

Na edição de 14 de maio de 1933, o Alto S. Francisco publicou uma matéria com o título ‘Eleição de 3 de Maio’. O redator do texto deixa claro a importância histórica daquele momento: ‘A eleição de 3 de maio -- a primeira prova de que a nova república que de fato a interferência do povo nos seus destinos -- correram sem incidentes em todo o Estado, pode-se dizer, e deixaram ótima impressão a todos, porque a nova lei eleitoral, com seus gabinetes indevassáveis, garante a liberdade absoluta do voto. O eleitor não tremerá mais ante o olhar perscrutador do coronel à boca da urna, nem tão pouco o usuário chefe político poderá exigir o seu voto por lhe ter emprestado míseros mil réis a juros exorbitantes. A lei eleitoral da nova república deu o tiro de misericórdia na compressão. As urnas falarão d’ora em diante a voz genuína do povo. Só o povo, nas repúblicas, onde o governo é do povo para o povo, pode falar soberanamente. Esse foi, não se pode negar, de por todo canto do Brasil, um dos maiores serviços prestados à Nação pela Revolução’ (ALTO S. FRANCISCO -- PIUMHI/MG. Ano XIII, edição nº 523 de 14/05/1933).

Continua o articulista: ‘Deu-lhe o direito de votar livremente e que o voto consciente do eleitorado, que tem o modo de pensar também indevassável, seja apurado por Juízes incorruptíveis. Cercado de garantias, o voto, galardoado com diversas regalias, o eleitorado compareceu em massa.

Seja o comparecimento saudade dos quartéis, como querem alguns; para aferir a sinceridade dos propósitos revolucionários, como dizem outros; seja por julgar relevante a eleição da Assembleia, que dará ao país uma constituição, de que a maioria nunca ouviu falar; por este ou outro motivo o resultado do pleito foi muito além das perspectivas otimistas. A abstenção em toda Minas Gerais foi de vinte por cento. O povo ansiava, como demonstrou, pela primeira prova da nova república. O Código Eleitoral, afora o processo de apuração que decepciona o eleitorado pela morosidade, parece ter saído ileso da primeira luta. A impressão deixada pela eleição de três de maio foi a melhor possível’ (ALTO SÃO FRANCISCO -- PIUMHI/MG. Ano XIII, edição nº 523 de 14/05/1933).

O jornalista destacou a importância do Dr. Horta, seu escrivão e demais funcionários da Justiça no processo Eleitoral: ‘Se houve da parte do eleitorado boa vontade para eleição da constituinte, do funcionalismo encarregado do serviço de alistamento houve verdadeiro sacrifício. Piumhi foi bem o exemplo disto. Chegando o material tardiamente conseguiu ainda o município dois mil e tantos eleitores graças ao trabalho exaustivo de todos. O Dr. Rebelo Horta, juiz eleitoral deste município, dias e dias consecutivos, tomava o seu lugar no gabinete às sete horas e só o abandonava das dezessete em diante e nos últimos dias às 22, 23 horas. Com a mesma dedicação e interesse o acompanham o escrivão eleitoral, sr. Fidelis Vasconcelos Filho e seus auxiliares, não poupando esforços pelo andamento do serviço’ (ALTO SÃO FRANCISCO -- PIUMHI/MG. Ano XIII, edição nº 523 de 14/05/1933).

Composta a Assembleia Nacional Constituinte, a mesma foi instalada em 15 de novembro de 1933 para dar forma à terceira constituição do Brasil e segunda carta do período republicano.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

O primeiro Golpe de Vargas e a formação da Constituinte Estadual

# Em outubro de 1934 venceu nas urnas o PP com Abílio Machado

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A Constituição Federal promulgada em 16 de julho de 1934 abriu espaço para a democracia, no entanto Getúlio Vargas não queria deixar o poder. Para continuar no comando da nação, o artigo 1º das Disposições Transitórias da nova carta definia eleição indireta para a presidência, ou seja, a Assembleia Nacional Constituinte elegeria o primeiro presidente após a vigência da nova carta constitucional e as eleições diretas para presidente só ocorreria em 1938. A disputa pela vaga de presidente na eleição indireta de 17 de julho de 1934 ficou centrada nas figuras de Getúlio Vargas e Antônio Augusto Borges de Medeiros. Vargas somou 175 dos 248 parlamentares, enquanto, seu concorrente obteve 59 sufrágios. Outros dez candidatos somaram 14 votos. Portanto, pode-se considerar essa manobra política de “eleição indireta” como o primeiro golpe de Vargas para continuar no poder. A eleição de Vargas demonstra claramente o novo cenário político nacional construído a partir da revolução de 1930 e o “tiro de misericórdia” no poder dos antigos coronéis, representados na eleição presidencial de 1934 por Borges Medeiros.

Passadas as eleições de maio de 1934, nova campanha de alistamento ocorreu pregando: “O eleitor é um cidadão. O homem ou mulher que não for eleitor não poderá exercer seus direitos cívicos” (ASF nº 562 de 13/05/1934). Considerando, de modo geral, que o alistamento para formação da Constituinte Federal foi pequeno, o Governo Provisório tomou a decisão de estimular o alistamento uma vez que “se aproxima a eleição das constituintes estaduais viu-se a necessidade de aumentar o eleitorado para representar melhor a opinião popular” (ASF nº 562 de 13/05/1934). Para garantir a identidade do eleitor “Os requerimentos são instruídos com fotografias do candidato” (ASF nº 562 de 13/05/1934).

A nova carta constitucional dava prazo de 90 dias para a realização das eleições para formação das Assembleias Constituintes Estaduais. Depois de empossados os deputados tinham o prazo de quatro meses para elaborar as constituições dos Estados. As eleições para escolha dos deputados que comporiam a Constituinte de Minas Gerais de 1935 ocorreu em 14 de outubro de 1934. O Partido Progressista (PP) foi fundado como partido do governo, portanto, situacionista. O Partido Republicano Mineiro (PRM) reunia os cacos restantes do Coronelismo. As regras eleitorais permitiam candidaturas avulsas, ou seja, candidatos que não fazia parte de nenhuma agremiação partidária.

## UNIDOS SEREMOS FORTES

Sobre o Partido Progressista o editorial do Alto S. Francisco de 19 de agosto de 1934 com um artigo de título “A Constituinte Estadual” destacou: “A douta e conspícua comissão Executiva do Partido Progressista, constituída dos mais eminentes próceres da antiga e da moderna geração da política mineira, deve-se sentir-se bem perante a sua consciência, pelo cabal desempenho dado pelos seus representantes, indicados pelos diretórios municipais, em quase unanimidade e por ela aprovados, com a sua re-



Abílio Machado e Paulo Pinheiro Chagas: candidatos a deputado estadual absolutamente majoritários em Piumhi na eleição de 1934

comendação ao sufrágio do nobre eleitorado mineiro. (...) queremos ter a primazia do cumprimento do dever cívico de apresentar e indicar aos prestigiosos diretórios municipais, legítimos expoentes da soberania da vontade de seus munícipes, aos nossos ilustrados colegas, ao nobre corpo eleitoral mineiro dois nomes que satisfazem os requisitos supra aludidos – Dr. Lafaiete Brandão e Abílio Machado. (...) a liberdade de indicar estes dois prestimosos mineiros aos patrióticos diretórios municipais solicitando-lhes se dignem indica-los à Respeitável Comissão Executiva, cujo elevado critério, por certo tenderá para homologação indicações; concorrendo assim para que os interesses coletivos e individuais tenham na Constituinte estadual mais dois dignos, operosos e esclarecidos servidasoras da causa pública e privada. Indicando-os ao sufrágio eleitoral e solicitando para seus nomes a atenção dos nossos concidadãos julgamos ter cumprido um indifsfarçável dever cívico” (ASF nº 571 de 19/08/1934).

Em outra publicação com o título “Unidos seremos Fortes!”, o Alto S. Francisco continua seus apelos políticos: “É por isso, prezados leitores, que mais uma vez, destas columnas se ufanam de cátedra de onde se levanta sempre a nossa humilde, mas sincera voz na defesa da causa coletiva piumhiense, concitamos as vossas almas patrióticas a colocarem acima das injunções pessoais a consideração das prementes necessidades que nos afligem, constituindo problemas momentosos, cuja solução não será possível sem a coadjuvação dos altos poderes administrativos aos dirigentes locais. E desunidos, desanimados, divergentes na objetivação dos vossos ideais, não conseguireis a indispensável coesão de forças capazes de estimular a concessão dos benefícios, de que carece a vossa terra, digna da melhor das sortes” (ASF nº 571 de 19/08/1934).

## EM PIUMHI DEU PP

O PP de Piumhi procurou unificar o apoio em torno de um candidato: Abílio Machado. O PRM procurou fazer o mesmo em torno do candidato Dr. Paulo Pinheiro Chagas. Em pequena nota, publicada um mês antes da eleição lê-se: “Deve reunir amanhã em Belo Horizonte a Comissão Executiva do PP afim de assentar candidatos às próximas eleições da Constituinte Estadual e Congresso Federal. Da escolha dos candidatos resultará o futuro presidente do Estado, motivo porque a reunião de amanhã se reveste da maior importância” (ASF nº

574 de 09/09/1934).

Na edição de 25 de novembro de 1935, o Alto S. Francisco noticiou: “As últimas apurações do pleito de 14 de outubro dão o seguinte resultado: PP (Estadual): 154.322; PRM (Estadual): 106.580; Avulsos: 89.983” (ASF edição nº 582 de 25/11/1934). Segundo o TSE o resultado a referida eleição teve 96 candidatos disputando 48 vagas. O PP e PRM lançaram 48 candidatos cada um e ao final foram eleitos 34 do PP e 14 do PRM. Nenhuma candidatura avulsa conseguiu se eleger. Em Piumhi o PP somou 1.138 votos, dos quais 1.110 foram dados ao Abílio Machado, sendo pulverizados 28 votos em outros candidatos. O PRM somou 671 votos, dos quais 569 foram dados ao Dr. Paulo Pinheiro Chagas, sendo 102 divididos entre outros candidatos. Os candidatos apoiados pelos piumhienses Abílio Machado e Paulo Pinheiro foram eleitos para composição da Constituinte Mineira.

O jornal Alto S. Francisco, através de seu colaborador João Batista Sanchez, promoveu uma enquete ouvindo as opiniões dos políticos piumhienses que mais se destacaram na eleição de 14 de outubro. Um dos personagens ouvidos por Sanchez foi Álvaro Arantes, o qual foi caracterizado pelo entrevistador como “uma das pessoas que se jogou resolutamente na luta”. Arantes destacou em suas respostas: “Não querendo desvendar o segredo das urnas, penso, no entanto, que a vitória do PP será um fato. Exprimindo a opinião da maioria dos mineiros, as urnas do dia 14, serão reveladoras de civismo do povo montanhês. (...) Nunca fui político e nem pretendo sê-lo. E se o quisesse ser, faltar-me-ia o essencial, o prestígio, que, confesso francamente, não o ter. Realmente no pleito do dia 14 pretérito, fui um dos que mais lutou pela vitória da nossa chapa. Assim o fiz porque figurava nela um nome que reclamava os meus esforços. E razão mais de ser, juntando aos motivos de estar à testa do Partido Progressista o nome do grande Antônio Carlos” (ASF edição nº 581 de 18/11/1934). Sobre o sucesso de um partido, Arantes pontuou: “Muita sinceridade entre os correligionários e procurar estar sempre em promiscuidade com os homens do governo e ser diligente no que convém ao progresso de nossa terra. Pedir ao governo, insistentemente, expondo-lhe as circunstâncias, os melhoramentos de que necessita uma boa cidade como é a nossa” (ASF edição nº 581 de 18/11/1934).

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. O primeiro golpe de Vargas e a formação da Constituinte Estadual: em outubro de 1934 venceu nas urnas o PP com Abílio Machado. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 1 dez. 2024. Memória Política Piumhiense, p. 2.

# Eleição de 14 de outubro de 1934: o povo como ‘senhor da sua opinião’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O editorial do Alto S. Francisco de fins de outubro de 1934 deu notas de como ocorreu a eleição de 14 de outubro de 1934: “As eleições do dia 14, para deputados à Constituinte Mineira e federais, correram com bastante animação em todo município, num ambiente de liberdade e de respeito à lei. Do mesmo modo parece ter ocorrido em todo o Estado, com raras e lamentáveis exceções, demonstrando que o Espírito de Liberdade da lei, o anseio pela verdade nela contida, só não conseguiram penetrar poucas autoridades e prepostos do poder, que se conservam sob o domínio do passado, não se libertaram da ideia de coação, da prepotência e do suborno para traduzir a vontade do povo. Felizmente, são poucos os recalcitrantes, que agem por conta própria e não contam absolutamente com o apoio do governo, e pela insignificância da parcela não chegam a lançar o desânimo ao povo. O eleito-rado vai se tornando entusiasta do voto. E a reabilitação deste, campanha consequente da revolução de 30, faz crer num futuro melhor para o país, porque os representantes do povo serão escolhidos pelo próprio povo. No nosso município, sob a jurisdição eleitoral de um juiz íntegro e trabalhador, a cujo esforço exaustivo se deve o número relativamente grande de eleitores, com que conta Piumhi, entregue o poder municipal a um cidadão liberal por índole, incapaz de um ato de prepotência, - nosso município, as urnas revelarão a vontade absoluta do povo. Tivemos um candidato, o dr. Abílio Machado, e em torno de seu nome se reuniram todas as correntes de opinião, com exceção apenas da Liga Católica e do núcleo eleitoral do PRM, tendo despertado grande entusiasmo no povo, já por ser o candidato digno por todos, os títulos da nossa admiração, como figura de relevo na política Mineira, já pelas suas velhas ligações de amizade a Piumhi. O nome de s. excia. como o do dr. José Maria de Alkimim, que se fez pelo próprio esforço, educado no seu grande valor, deve ter sido muito votado para a Constituinte e para representação federal” (ALTO S. FRANCISCO: Edição nº 580 de 25/10/1934).

Ainda no editorial, o autor depois de fazer uma ampla análise do processo eleitoral vivenciado pelos piumhienses naquela ocasião, destacou que já era o momento da população se organizar politicamente: “Pas-sadas as eleições de 14, a agitação daqueles dias de propaganda, voltou-se a opinião para considerar um novo aspecto da vida local, comentando o caso que criaria para Piumhi. Dizia-se com insistência, na cidade que, passado aquele dia, seria substituído no cargo de Prefeito do Município o dr. João Alberto da Fonseca, convidado para quarto delegado na capital. Formaram -se duas correntes: uma

que deseja o afastamento do prefeito e outra, com apoio dos distritos, que opina pela sua permanência como a mais sensata medida de proteção à manifestação da vontade do povo. A nosso ver, e da maioria do povo de Piumhi, esta última será a solução mais acertada. Nesta hora de reorganização e ajustamentos da máquina administrativa, em que todas as correntes de opinião e partidos necessitam a maior liberdade de ação para demonstrar a força de que dispõem para a defesa de seus ideais, seria desacerto entregar o poder municipal a uma pessoa imbuída de partidari-smo local. O dr. João Alberto que tem mantido um meio termo plausível com relação a política do município, está na altura de garantir a liberdade de voto, porque está isento de paixões partidárias. Interessado ao próprio governo, não só para garantir a lei, como ter a certeza de governar com as maiorias dos municípios, que as eleições municipais se façam sem coações, a continuação do dr. João Alberto na Prefeitura não será concessão a uma corrente política, será antes a defesa de um postulado pelo qual se bateu a Aliança Liberal, pelo qual se levantou o país em armas. O dr. Benedito Valadares a quem o alto senso de patriotismos dos mineiros, entregará amanhã as rédeas do Governo do Estado, resolverá a questão tendo em vista apenas o interesse do coletivo” (ALTO S. FRANCISCO: Edição nº 580 de 25/10/1934).

O Reverendo Antônio Nunes de Carvalho, então pastor da Igreja Presbiteriana de Piumhi, também fez publicar suas observações sobre a eleição de 14 de outubro de 1934: “Outubro tem-se feito notável na história do Brasil. Este ano teve interessante variação, foi assinalado por significativo acontecimento que abalou o Brasil inteiro. De um a outro extremo deste enorme território, toda população se movimentou, despertada pelo chamado às urnas, que adquirem nova significação e se acreditam em nosso meio. Já se sente algum entusiasmo em dar-se o voto, crendo-se que ele tem valor, como de fato, dentro do novo regime. Com a aproximação do dia 14, tivemos intensificado esforços dos que empenharam em qualificar eleitores. Estes movimentaram-se trazendo alguma animação à cidade. Os mentores e guias dos partidos iniciaram a sua propaganda, pelo jornal, por meio de boletins e pessoalmente. O assunto das palestras em todos os cantos, em todas as rodas foi



Reverendo Antônio Nunes de Carvalho, então pastor da Igreja Presbiteriana de Piumhi: Colaborador do ALTO com enfoque na política

se deixando influenciar. Até que afinal só falava nas probabilidades de candidatos e partidos. Felizmente, com pequenas exceções, todos se mantiveram à altura do desenvolvimento social e cultural do povo ordeiro e pacato de Piumhi. É de lamentar, entretanto, o excesso de zelo de certos boletins que deixaram transparecer um sentimento de prevenção e partidarismo acirrado, que não fica bem numa democracia como é e deverá ser o Brasil. Um pouco mais de modéstia, de humildade e de cavalheirismo, e seremos cristãos, mais fraternalmente unidos podendo dizer com sinceridade: ‘Pai Nosso que estais nos céus...’. A messas receptoras primaram pelo zelo em observar a lei eleitoral; trabalharam com critério e boa vontade, de modo a despertar e atrair simpatias de todos. Merecem aplausos. Já progredimos muito em matéria de eleição, de votação. Estamos avançando. O eleitor está prestigiado pela lei. É senhor da sua opinião. Ninguém pode desacatá-lo sem crime. Faz o que muito bem entende dando seu voto com liberdade e garantias da lei. Os processos de propaganda terão de acompanhar o progresso da lei. Os partidos hão de se impor pelos princípios que defendam e pelos homens que apresentarem. Não mais por violências. Vamos nos civilizando. Nada de perseguição, nada de opressão. O que tem valor impõem-se pelo que é, independente de coação. Toda gente deve alistar-se e votar. Precisamos influir inteligente e honestamente para o levantamento de nossos costumes sociais e políticos. Os velhos hábitos, as manobras de outros dias terão de passar. Estamos no tempo da concorrência honesta. Há de prevalecer somente quem tiver real valor intelectual, moral e espiritual” (ALTO S. FRANCISCO: Edição nº 580 de 25/10/1934).

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

A redemocratização de Minas e eleição do governador

# Uma ‘justa aspiração’

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na edição de 30 de janeiro de 1936 sob o título “Justa aspiração”, o ex-juiz municipal e advogado Dr. Armando Santos destaca a alegria da redemocratização do país: *“Acaba de ser entregue ao interventor federal o ante projeto da Constituição Mineira. Num ambiente de regozijo e de esperanças, as mais justas e sinceras, a comissão elaboradora do nosso futuro estatuto político, manifestou ao ilustre dirigente dos destinos do nosso Estado, a sua expectativa augurando em preces fervorosas ao êxito brilhante e eficiente dessa norma de princípios, que virão contribuir para mais se acentuar uma fase mais gloriosa para o Estado de tradições inapagáveis que constituem verdadeiros exemplos de patriotismo e de abnegação”* (ALTO S. FRANCISCO. Edição de 30/01/1936).

O nobre advogado conclui suas observações jurídicas no artigo de jornal demonstrando sua aspiração sobre a constituição do Estado: *“Se o direito é a força de coesão social, representando, pois, uma das bases mais sólidas da garantia individual, que nossa futura ‘Carta’ fortaleça a aquisição desse patrimônio sublime. Esta é a nossa justa aspiração”* (ALTO S. FRANCISCO. Edição de 30/01/1936).

A Constituinte de Minas Gerais a eleição foi presidida por Benedito Valadares, membro do PP, o qual tinha apoio da maioria dos deputados. Valadares até então era o Interventor Federal no Estado, nomeado por Getúlio Vargas após a morte de Olegário Maciel. Na verdade, entre Maciel e Valadares ocupou a função provisoriamente, Gustavo Capanema, entre 5 de setembro de 1933 a 15 de dezembro de 1933. Valadares seguiu o modelo da Constituição Federal, como deveria ser, e a carta mineira foi promulgada em 30 de julho de 1935 determinando eleição indireta para governador.

Não foi surpresa a eleição do próprio Benedito Valadares para o cargo, assim como aconteceu com Getúlio na esfera federal. Valadares obteve 34 votos, ou seja, todos os votos dos constituintes do PP. Os 14 votos restantes, dos parlamentares do PRM, foram

destinados a outro candidato que não conseguimos identificar. No dia seguinte Valadares tomou posse do cargo. Importante destacar que o articulador da eleição de Valadares ao governo de Minas foi o político Antônio Carlos de Andrada.

A nova Constituição Mineira estabelecia eleição direta para as Câmaras Municipais e indiretas

para prefeito, em conformidade com a legislação específica. As eleições municipais ocorreram em 7 de junho de 1936. Entretanto, antes de tecer algum comentário sobre estas eleições, necessário destacar como ficou o governo municipal antes deste pleito.

Desde os fins de 1930 foi nomeado como prefeito de Piumhi Dr. João Alberto da Fonseca. Exerceu um governo com importantes conquistas e realizações para a cidade e seus distritos. O poder discricionário abriu caminhos para a solução de antigos problemas do município, tais como a interdição do Cemitério Eclesiástico. Alberto da Fonseca governou Piumhi por quase cinco anos, foi transferido para o governo da cidade de Ituiutaba, de onde partiu para Belo Horizonte com a missão de assumir uma das maiores e mais importantes delegacias daquela cidade. Ocupou o cargo de delegado até que adoeceu, afastando-se para tratamento de saúde. Faleceu na capital mineira em 19 de abril de 1954, depois de prolongado sofrimento, acontecimento que repercutiu profundamente na sociedade piumhiense, onde, nos tempos em que governou a cidade, fez grande círculo de amizades.

Após o afastamento de Dr. João Alberto de Piumhi, Benedito Valadares nomeou como prefeito de Piumhi o comerciante João Leite Praça que governou a cidade até a eleição municipal ocorrida em 7 de julho de 1936. Leite Praça não querendo perder a boa relação do município com o governo do Estado de Minas, telegrafou em 4 de



Dr. Armando Santos: Juiz Municipal, advogado e articulista do ALTO na seção jurídica

junho de 1936 demonstrando que “O Partido Progressista Municipal está inteiramente solidário ao governo de Vossa Excelência. Saudações – João Leite Praça, Prefeito Municipal” (O JORNAL (RIO DE JANEIRO – DF). Ano XVIII, Edição de 07/06/1936). Na verdade, não era apenas uma demonstração de apoio, era muito mais do que isso, o telegrama representou a morte formal do Partido Republicano Mineiro em Piumhi: “Já vimos que em 124 municípios do Estado, o PRM não pleiteou as eleições, nem sequer registrou candidatos. Em 67 municípios a velha agremiação desapareceu, absorvendo-se em outras entidades partidárias, novas, que se formaram, e que em seguida, hipotecaram o seu apoio integral ao governador do Estado. Elimina-se, assim, completamente, o PRM de sete dezenas de municípios” (O JORNAL: Edição de 07/06/1936).

As eleições para formação da Assembleia Constituinte de Minas Gerais em Piumhi, revelou uma importante liderança política no município: Álvaro Arantes Machado, tabelião do Cartório de Notas do 2º Ofício. Álvaro Arantes atribuiu seu empenho na campanha eleitoral em razão da candidatura de seu parente Abílio Machado. Em entrevista a João Batista Sanchez ele disse não ser político e não ter pretensão política, mas a história seguiria rumos diferentes... Antes disto, a cidade precisava se reorganizar politicamente após o esfacelamento do PRM.

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com

# A política de 1930 a 1936 sob a análise de João Batista Sanchez

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Última edição do ano, aproxima-se o Natal, momento de refletirmos sobre a nossa caminhada, de agradecer. Desse modo, desejo aos leitores desta coluna um feliz e Santo Natal e um ano novo repleto de realizações e conquistas.

Se a Revolução de 1930 deu ares modernos à política nacional, o mesmo não aconteceu nos municípios, pois as lideranças ficaram totalmente sem referência, vez que neles estava a base do Coronelismo. Batista Sanchez em crônica para o Alto S. Francisco descreveu como andava a política piumhiense nesse complicado contexto: *“Está acéfala a política de Piumhi. Foi causa primordial desta desarticulação política, o movimento revolucionário de 30 que colocou no Palácio do Catete o governo discricionário. Desde então, o ambiente político de Piumhi se desencadeou, tornando-se arrefecido e sem ânimo para analepsia próprias dos organismos depauperados. Num caso de urgente precisão de um conclave qualquer, de interesse coletivo, em que deviam tomar parte os representantes dos municípios, quem representaria Piumhi? Não sabemos. Este estado de coisas nos dá a ideia de estarmos dentro de uma oficina, cujos chefes abandonaram-na deixando-a entregue aos empregados intolerantes e brigões”* (ALTO S. FRANCISCO: Edição de 13/01/1936).

O autor segue refletindo sobre o perfil de um político piumhiense que congregasse em si o fato de ser natural de Piumhi, dedicasse amor à cidade, fosse honesto e de bom nível intelectual, não escondendo a dificuldade de encontrar uma só personagem na sociedade piumhiense que reunisse todos estes requisitos, destacando ainda que: *“Não é com foguetórios e nem com banquetes que se consegue elevar uma cidade ao nível de adiantamento. Criar partidos só com vivas a fulano e a beltrano, nada adianta. É preciso que o chefe seja um homem de fibra, resoluto e traquejado. Um bom político diz: quero isso e hei de obter. E obtém mesmo. Pedir ao governo um benefício qualquer, por carta*

*ou por simples telegrama é chover no molhado. Para se obter um melhoramento qualquer, é necessário que se vá pessoalmente à presença do presidente, e lhe exponha minuciosamente a situação do município”* (idem). Arremata o texto dizendo que *os políticos de Piumhi são ‘acanhados’. Não pedem. Não expõem ao governo, pessoalmente, o que vai pelo nosso município”*.

O articulista demonstra refinada análise e grande capacidade de avaliar profundamente a conjuntura política do município, buscando com seu texto criar um choque de realidade e alertar nossas lideranças para o processo de redemocratização que estava vindo, para qual as lideranças políticas de Piumhi

deveriam estar preparadas. Na semana seguinte sob o título “Ratificando”, o mesmo Batista Sanchez demonstra uma faúlha de esperança ao escrever *“esperançoso, de que muito em breve, as chamadas do patriotismo se atearão em todos os corações piumhienses”* (ALTO S. FRANCISCO: Edição de 20/01/1936). Pontuou ainda que *“em Piumhi ainda existem homens de fibras, capazes de elevar a nossa terra às culminâncias antagônicas ao mandonismo desenfreado e reles, ainda existente, infelizmente, neste pedaço de Minas”* (idem). O articulista denuncia ainda que *“a máquina política do município não está funcionando regularmente. É preciso fazer-se nela uma seleção completa. Trocar-lhe algumas peças enferrujadas por outras novas e bem polidas”* (ALTO S. FRANCISCO. Edição de 13/01/1936).

Por fim conclama os piumhienses para trocar o comodismo pelo ativismo: *“Pelas observações que vimos fazer em*

*torno da política de Piumhi, chegamos à conclusão de que a ‘megeira’ caminha furiosa para um paroxismo entristecedor. Vamos lutar. É da luta que sai a vitória. Ao toque de reunir, que necessariamente se vai dar, acudirão forçosamente todos piumhienses que amam esta terra. Após o que seguir-se-ão as ‘desmanches’ para o massacre integral desta ‘bagunça’ incompreensível e cheia de mistérios insondáveis. Os nossos políticos se acomodaram inexplicavelmente à sombra de um indiferentismo execrado. O eixo político dos acontecimentos está girando sozinho. Reforçado por um estoicismo ardoroso e acalentado pelas ideias altruísticas, os futuros políticos locais provavelmente se arregimentarão, adotando-se consequentemente por lema unicamente a prosperidade da terra piumhiense. É só, nada mais”* (ALTO S. FRANCISCO. Edição de 20/01/1936).

Fale com o autor:  
professorluismelo@gmail.com



João Batista Sanchez, conhecido como João Borá. Exímio e imbatível jogador de Xadrez, Oficial de Justiça, analista da política piumhiense, repórter e colaborador do Alto S. Francisco